
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE NACIONAL
(PROEF)**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL
II NO PERÍODO NOTURNO:
há espaço para a Educação Física?**

CAROLINA FERNANDA DE ANDRADE

**RIO CLARO – SP
2025**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO FÍSICA EM REDE NACIONAL
(PROEF)**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL
II NO PERÍODO NOTURNO:
há espaço para a Educação Física?**

CAROLINA FERNANDA DE ANDRADE

Dissertação apresentada ao Instituto de Biotecnologia da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Rio Claro, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientadora: Maria Candida Soares Del-Masso

RIO CLARO – SP

2025

A553e

Andrade, Carolina Fernanda de

Educação de Jovens e Adultos no ensino fundamental II no período noturno : há espaço para a educação física? / Carolina Fernanda de Andrade. -- Rio Claro, 2025

69 p. + objeto educacional

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro

Orientadora: Maria Candida Soares Del-Masso

1. Educação Física. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. EJA. 4. Cultura Corporal de Movimento. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

ANDRADE, Carolina Fernanda de. DEL-MASSO, Maria Candida Soares. **TECENDO A DIVERSIDADE, DESFAZENDO O PRECONCEITO.** 2025. 24p. Recurso Educacional. PROEF - Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Rio Claro, 2025. ID: <https://hdl.handle.net/11449/312271>.


CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II NO PERÍODO NOTURNO: há espaço para a Educação Física?


AUTORA: CAROLINA FERNANDA DE ANDRADE

ORIENTADORA: MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO


Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em Educação Física, área: Educação Física Escolar pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO**
Data: 02/06/2025 16:04:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO (Participação Virtual)
IEP3 / Instituto de Educação e Pesquisas em Práticas Pedagógicas - UNESP

Documento assinado digitalmente
 **SIDINEI PITHAN DA SILVA**
Data: 04/06/2025 19:33:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. SIDINEI PITHAN DA SILVA (Participação Virtual)
Departamento de Humanidades e Educação / UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul / RS

Documento assinado digitalmente
 **FABIO ARLINDO SILVA**
Data: 02/06/2025 16:12:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. FABIO ARLINDO SILVA (Participação Virtual)
Instituto de Educação e Pesquisas em Práticas Pedagógicas – IEP3 / UNESP - São Paulo / SP

Rio Claro, 02 de junho de 2025

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão, em primeiro lugar, à minha família, alicerce de minha formação e inspiração constante de amor e perseverança. Um agradecimento especial à minha filha, Maria, por sua compreensão e carinhoso acolhimento diante das ausências impostas pelos estudos; que, no futuro, compreenda que cada esforço empreendido foi por e para nós.

Aos meus dedicados estudantes da EJA, por compartilharem suas histórias e por permitirem que eu testemunhasse a capacidade transformadora da educação em suas vidas. Minha gratidão se estende também aos alunos do ensino fundamental e médio, cujo incentivo e torcida foram importantes para a dedicação a este mestrado.

À minha orientadora, Professora Maria Candida Del Masso, meu reconhecimento e eterna gratidão. Além do imprescindível acompanhamento acadêmico e do generoso compartilhamento de saberes e experiências, sua escuta atenta e seus conselhos foram fundamentais para superar os desafios, inclusive aqueles que transcendiam o âmbito da pós-graduação.

Aos meus companheiros de docência e luta, especialmente àqueles que colaboraram com esta pesquisa, agradeço a disponibilidade e as enriquecedoras trocas. Reconheço também o auxílio dos demais colegas que, com ideias ou simples escuta acolhedora, contribuíram para este percurso. Que possamos seguir perseverando na construção de uma educação emancipadora e de qualidade.

Aos companheiros do mestrado, professores e pessoas incríveis, com os quais compartilhei apoio, trocas intelectuais e momentos de leveza. De forma particular, à minha amiga Ana Cláudia, pela parceria nas caronas, pela constante troca de mensagens e pela amizade construída, tornando-se uma grande inspiração.

Por fim, à vida, que em sua complexidade e, por vezes, em seu caos, sempre oferece a oportunidade de recomeçar. Agradeço, assim, pelos recomeços que me foram proporcionados ao longo desta jornada e aos que ainda virão, tanto no percurso acadêmico quanto na esfera pessoal.

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – PROEF.

*Presentemente, eu posso me
Considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço
Me sinto são, e salvo, e forte
E tenho comigo pensado
Deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado
Tenho sangrado demais
Tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro*

Belchior (1976).

RESUMO

Pensar sobre a Educação Física Escolar e seu papel na sociedade, nos leva a refletir sobre sua área de atuação e legitimidade dentro do ambiente escolar, em seus diferentes níveis e modalidades. Com isso, surge a necessidade em compreender como a Educação Física é possível na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma modalidade por vezes tão marginalizada na educação, principalmente no período noturno, considerando que quando acontece as aulas de Educação Física, essas são no contraturno, inviabilizando a participação da maior parte dos estudantes. Nesta perspectiva, esta pesquisa teve como objetivo compreender a concepção que os 14 professores que atuam na EJA, em uma escola do município de Campinas/SP, possuíam em relação à disciplina de Educação Física, bem como os desafios e possibilidades nessa modalidade acadêmica, buscando a compreensão do papel deste componente curricular no atual cenário educacional. Este estudo partiu da análise dos subsídios teóricos das legislações vigentes e das diretrizes municipais, estaduais e nacionais. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas utilizando um roteiro semiestruturado de entrevista junto aos 14 professores, as quais foram gravadas e transcritas para a respectiva análise de conteúdo. Os resultados indicaram que, embora os docentes reconheçam a relevância da Educação Física e seu potencial para o desenvolvimento integral dos estudantes, persiste uma incompreensão sobre o formato das aulas no contraturno. As estratégias propostas pelos professores – como a inclusão da disciplina no horário regular, a implementação de projetos interdisciplinares e a adequação metodológica – ressaltam a necessidade de reformulações para mitigar os obstáculos identificados. Ao final, foi construído o Recurso Educacional no formato de uma Proposta Unidade Didática Transdisciplinar a ser oferecida aos professores, integrando às aulas de Educação Física nessa modalidade de ensino, como uma forma de contribuir com o trabalho docente e ampliar as possibilidades de acesso a esse componente por parte de todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação Física; Educação de Jovens e Adultos; EJA; Cultura Corporal de Movimento.

ABSTRAC

Search about School Physical Education and its role in society leads us to reflect on its area of activity and legitimacy within the school environment, at its different levels and modalities. Thus, there is a need to understand how Physical Education is possible in Youth and Adult Education (EJA), a modality that is sometimes so marginalized in education, especially in the evening period, considering that when Physical Education classes take place, they are in the opposite shift, making it impossible for most students to participate. In this perspective, this research aimed to understand the conception that the 14 teachers who work in EJA, in a school in the city of Campinas/SP, had in relation to the Physical Education discipline, as well as the challenges and possibilities in this academic modality, seeking to understand the role of this curricular component in the current educational scenario. This study was based on the analysis of the theoretical frameworks of current legislation and municipal, state and national guidelines. The research was conducted through interviews using a semi-structured interview script with 14 teachers, which were recorded and transcribed for content analysis. The results indicated that, although teachers recognize the relevance of Physical Education and its potential for the integral development of students, there is still a lack of understanding about the format of after-school classes. The strategies proposed by the teachers – such as including the subject in the regular timetable, implementing interdisciplinary projects and adapting the method – highlight the need for reformulations to mitigate the obstacles identified. In the end, the Educational Resource was created in the form of a Proposed Transdisciplinary Teaching Unit to be offered to teachers, integrating it into Physical Education classes in this teaching modality, as a way of contributing to the teaching work and expanding the possibilities of access to this component by all students.

Keywords: Physical Education; Youth and Adult Education; EJA; Body Culture of Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Produção sobre EJA no PROEF	p. 16
Quadro 2: Caracterização dos Participantes	p. 42
Quadro 3: Percepções sobre a Educação Física para a EJA sob o olhar dos professores de outras áreas do conhecimento	p. 47
Quadro 4: Compreensão da Educação Física no Contraturno	p. 50
Figura 1: Educação de Jovens e Adultos – Síntese dos Documentos Oficiais	p. 21
Figura 2: Escolas Municipais da cidade de Campinas	p. 39
Figura 3: Escolas Municipais da cidade de Campinas	p. 40
Figura 4: Abrangência da escola universo de pesquisa	p. 41
Gráfico 1: Componentes de atuação dos professores participantes	p. 46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
COEJA	Coordenação de Educação de Jovens e Adultos
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
EF	Educação Física
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologias
FUMEC	Fundação Municipal para Educação Comunitária
IES	Instituições de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEB	Movimento de Educação de Base
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
ProEB	Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica
PROEF	Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional
RMEC	Região Metropolitana de Campinas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Levantamento Bibliográfico acerca da temática desenvolvida nas dissertações do PROEF	15
2 OBJETIVOS	18
3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL	19
4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINAS	26
4.1 Percurso Histórico	26
4.2 A Educação Física na EJA campineira	30
5 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS NA EJA	35
6 PERCURSO INVESTIGATIVO	38
6.1 Universo da pesquisa	38
6.2 Participantes	41
6.3 Materiais e Métodos	43
6.4 Procedimentos para a coleta de dados	43
6.5 Procedimentos para a análise de dados	44
6.6 Aspectos Éticos	44
6.6.1 Benefícios da pesquisa	44
6.6.2 Informações sobre os riscos e procedimentos para minimizá-los	45
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	54

REFERÊNCIAS	56
BIBLIOGRAFIA	60
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	62
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA	65

APRESENTAÇÃO

Se toda história possui um começo, com esta pesquisa não seria diferente. O ano era 2007 e eu, no alto dos meus 17 anos, ingressei no curso de licenciatura em Educação Física pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) Unesp, campus de Presidente Prudente. Cabe aqui evidenciar, que a escolha pela licenciatura não foi por desconhecimento ou falta de opções, pois meu objetivo sempre foi o de atuar junto, para e pela educação. Ao iniciar o curso, me deparei com um mundo novo de possibilidades, semestre após semestre fui compreendendo melhor o que era a educação física e sua importância na formação dos estudantes, percebi as diversas lacunas que tive em minha formação básica em relação a esse componente e, diariamente, ia rompendo paradigmas e conhecendo maneiras de atuar nos diferentes níveis de ensino.

No ano seguinte à minha formatura em 2011, iniciei como professora contratada na Rede Estadual Paulista, tornando-me efetiva em 2012, onde tive a oportunidade de atuar com turmas desde os anos iniciais, passando pelos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Durante esses anos, lecionei em escolas regulares e também escolas do Programa de Ensino Integral, onde além da Educação Física também era responsável pelas aulas de Cultura do Movimento, em parceria com a professora de Arte. Foi um longo período de aprendizagens e desafios, que perdurou por 10 anos. Concomitantemente a esse período, em 2017, ingressei na Rede Sesi SP, onde estou atualmente, como Professora II e III, atuando com turmas do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Em 2021, logo após retornar da minha licença maternidade, decidi exonerar o cargo da Rede Estadual, para ter um pouco mais de “tempo” para a nova rotina, mas como a vida sempre nos guarda surpresas, em 2022 recebi a convocação da Rede Municipal de Campinas e nesse momento, aquele “bichinho” da escola pública me pegou novamente. Como ingressar no PROEF já estava em meus planos e para isso era necessário o vínculo com a Rede Pública, resolvi aceitar mais esse desafio e mais uma vez fui surpreendida ao ser atribuída a um bloco de aulas no período noturno.

Após mais de 10 anos de docência, acreditando já ter vivenciado todos os níveis de ensino, me deparei com turmas da Educação de Jovens e Adultos, que além de serem turmas bem heterogêneas, são compostas de estudantes que existem,

resistem e estão inseridos na escola. Esses estudantes quanto a modalidade de ensino, merecem atenção e políticas públicas, mas principalmente, merecem um olhar cauteloso no que diz respeito ao espaço da Educação Física.

Como já dito, o mestrado sempre esteve entre minhas metas profissionais e pessoais. No entanto, a rotina e grade horária dos mestrados acadêmicos, tornavam essa meta cada vez mais distante, dada a minha rotina intensa. Desde que o mestrado profissional, PROEF, foi lançado, percebi que seria a grande chance de alcançar meu objetivo, de maneira que pudesse conciliar estudos e docência.

O ingresso veio em 2023, na 4ª turma do PROEF, pela Unesp Rio Claro, em meio as disciplinas, reflexões, pesquisas e novos amigos, por vezes me pegava imaginando qual seria a temática pesquisada por mim, e inúmeras opções me passavam pela cabeça. Por ironia do destino, ou não, a escolha por esta pesquisa surgiu de uma necessidade, ou mais precisamente, de uma inquietação atual, de buscar respostas e possibilidades de exercer de fato minha profissão, dentro de uma parcela da educação, que até então, eu não tinha muito conhecimento. Afinal, como diria Paulo Freire, (1996, p. 38) “[...] me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente”, a inquietação é o que nos move e é o que me trouxe até aqui.

Após esta curta explanação sobre minha trajetória docente, da qual tenho muito orgulho, acredito que ficará mais claro compreender os percursos desta pesquisa, bem como sua motivação e reflexões propostas.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a educação física sempre foi alvo de muitos questionamentos em relação aos seus objetivos e importância dentro da escola, sendo muitas vezes considerada uma aula somente recreativa, sem fins pedagógicos e grande parte das vezes marginalizada. No entanto, pouco a pouco, ela vem conquistando seu espaço, tornando-se componente curricular obrigatório e vem se consolidando como importante componente na formação integral dos estudantes. Um fato que evidencia essas conquistas diz respeito ao número de aulas na matriz curricular, como por exemplo, na Rede Municipal de Campinas, onde são ofertadas três aulas semanais de Educação Física no ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, um número maior em comparação com as redes vizinhas, que contam somente com duas aulas semanais desse componente curricular. Podemos destacar aqui, que não há um número fixo de aulas de Educação Física indicado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ou pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental II, seja ele regular ou da Educação de Jovens e Adultos. O número de aulas pode variar de acordo com a proposta pedagógica de cada escola e as diretrizes de cada sistema de ensino, sempre alinhadas aos objetivos de aprendizagem da BNCC.

Na contramão dessas mudanças, temos um grupo de estudantes que ano após ano, distanciam-se mais e mais dos conhecimentos oriundos da cultura do movimento, um grupo que historicamente foi marginalizado pela educação, seja pela falta de oportunidades ou por outras inúmeras questões, e que retornam para a escola após um tempo distante dos estudos. Um grupo que, muitas vezes, enxerga no corpo somente um instrumento de trabalho, sem espaço ou tempo para reflexão e compreensão.

A Educação de Jovens e Adultos, conhecida popularmente por EJA, traz algumas peculiaridades em sua estrutura, como por exemplo, o fato de ser considerada uma modalidade da educação, o que gera conflitos, fazendo com que algumas vezes não seja vista como parte da educação básica, que é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Além disso, nessa modalidade, a Educação Física, apesar de obrigatória, na maioria das instituições é ofertada no contraturno das aulas, ou seja, fora do período. Essa organização suscita inúmeras discussões e reflexões, muito por conta da legislação vigente de dispensa

de estudantes, baseada na Lei n. 10.793, de 1º de dezembro de 2003 (Brasil, 2003) e do horário das aulas, que acabam por não atender a real demanda das escolas e dos estudantes.

Como dito anteriormente, a EJA nunca havia sido um problema para mim, até porque, nunca havia atuado neste segmento antes e pouco ou nada se fala dessa modalidade na graduação. No entanto, ao me deparar com essa realidade, muitas dúvidas surgiram: qual o real sentido de as aulas serem no contraturno? Como deve ser a interpretação em relação aos documentos de dispensa? Quais documentos norteiam essas práticas? Qual a identidade da Educação Física na EJA? Como fazer com que todos, ou pelo menos a maior parcela de estudantes, tenham acesso à Educação Física, e conseqüentemente a cultura corporal de movimento? Como a escola e demais professores, percebem essa “condição”?

Diante da realidade aqui exposta, pensar uma alternativa para a educação física nos anos finais do Ensino Fundamental II, surgiu como uma ideia interessante e necessária, já que consegue trazer uma luz ao desafio da participação dos estudantes da EJA nessas aulas, pois integrada ao horário regular de aula no período noturno, permitiria ampla participação desses estudantes e oportunizaria a todos as vivências oriundas da cultura corporal de movimento, fazendo relação e trazendo significado aos conteúdos que estão sendo abordados em outras aulas, algo que não acontece no modelo atual.

Levantar a discussão, entre professores de diferentes áreas do conhecimento sobre o componente de Educação Física junto aos estudantes da EJA matriculados no Ensino Fundamental II no período noturno, poderia sugerir mudanças significativas em como as escolas, professores, gestão e redes de ensino vislumbram o atual cenário do curso, possibilitando mudanças que sejam significativas e positivas a todas as pessoas envolvidas nesta discussão. É preciso evidenciar o problema e trazer para o debate coletivo, ponderando assim, as diferentes perspectivas sobre um mesmo assunto. Cabe destacarmos que ao final desta análise os maiores beneficiados poderão ser os estudantes da EJA ao terem acesso ao conteúdo em igualdade de direitos como os estudantes que frequentam o ensino fundamental regular em período diurno.

1.1 Levantamento Bibliográfico acerca da temática desenvolvida nas dissertações do PROEF

Considerando a relevância de nossa temática de estudo, antes de iniciarmos a pesquisa propriamente dita, realizamos um levantamento das produções realizadas até o momento junto ao Programa de Mestrado Profissional PROEF - Educação Física em Rede Nacional, destacando o que foi produzido tendo como tema-chave a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, pois o PROEF tem como premissa, realizar pesquisas que estejam intrinsecamente relacionadas com questões/problemas da Educação Física no campo escolar.

Assim, compreender a relevância desta pesquisa, validar sua importância e conhecer outras pesquisas já realizadas nesta mesma temática, identificamos as Instituições de Ensino Superior (IES) que compõem o PROEF e seus respectivos Núcleos Locais.

O PROEF é um curso presencial, no modelo híbrido com oferta nacional, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior associada no contexto do Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica (ProEB), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Atualmente, o PROEF conta com 26 IES credenciadas e 28 Núcleos locais espalhados pelo Brasil (UNESP, 2025). Como algumas instituições passaram a integrar o programa somente a partir de 2023, nem todas as 26 instituições já possuem dissertações publicadas para serem consultadas nesta pesquisa.

Para realizar este levantamento, foi necessário acessar o repositório de cada instituição individualmente, já que o programa não conta com um repositório único. Além disso, algumas instituições disponibilizam as dissertações somente pelo nome do autor e/ou orientador, o que é um dificultador, pois é necessário abrir arquivo por arquivo para poder saber o tema da pesquisa. A partir disso, foi levado em consideração para este levantamento o título e as palavras-chave da pesquisa, onde deveria constar "Educação de Jovens e Adultos", já que todas possuem como plano de fundo a Educação Física. Após análise dos trabalhos, identificamos as seguintes publicações:

Quadro 1: Produção sobre EJA no PROEF

Universidade	Título da tese	Autor(a)	Ano de publicação
UEM	Educação Formal, Não Formal, EJA e as possibilidades da ação educativa para compreensão da participação e interesse nas aulas de Educação Física	Bernardo Fernandes Távora	2023
UFSCar	MEMÓRIA E RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: jogos, danças e brincadeiras	Samara Oliveira Brasil	2023
UFES	EDUCAÇÃO SENSÍVEL E SAÚDE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: práticas corporais e cuidado de si	Lais Albuquerque Rodrigues	2024
UFRN	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	João Luiz Pinheiro Dionisio dos Anjos	2024

Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro estudo “Educação Formal, Não Formal, EJA e as possibilidades da ação educativa para compreensão da participação e interesse nas aulas de Educação Física”, foi realizado com estudantes do Ensino Médio da EJA, em uma escola do Distrito Federal. O estudo converge com esta pesquisa em vários aspectos, principalmente no que diz respeito a percepção sobre a educação física nessa modalidade acadêmica, que apesar de fases diferentes (Anos Finais / Ensino Médio), compreende como sendo importante valorizar as experiências externas ao currículo formal.

No segundo estudo, “MEMÓRIA E RESSIGNIFICAÇÃO DO CORPO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: jogos, danças e brincadeiras”, o autor partiu de uma indicação dos professores do PROEF da UFSCar, ao saberem da temática que seria pesquisada. O estudo realizou uma pesquisa-ação, com estudantes da EJA de anos iniciais de uma escola da Rede Municipal de São Paulo, com o objetivo de “investigar como a cultura corporal pode contribuir com o sentimento de pertencimento e valorização da EJA, assim como, promover a construção da cidadania e inclusão social.” (Brasil, 2023). O estudo traz muitas reflexões que dialogam diretamente com esta pesquisa, como por exemplo, quando questiona qual o papel do corpo na EJA.

O texto “EDUCAÇÃO SENSÍVEL E SAÚDE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: práticas corporais e cuidado de si”, traz uma abordagem mais voltada à saúde e foi realizado com estudantes de uma escola municipal de Vila Velha.

O último estudo elencado, também o mais recente, foi defendido em dezembro de 2024, intitulado “EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA NO ENSINO DE JOVENS E ADULTOS”, relata em ordem cronológica a experiência de um professor com a Educação de Jovens e Adultos (não cita a fase temporal) na Rede Municipal de Monte Alegre/RN. Não sendo possível encontrar o arquivo na íntegra, até a finalização deste texto, somente tivemos acesso ao resumo, cujo texto será localizado para o texto final da dissertação.

Como é possível notar, apesar de ser uma temática carregada de problemáticas, são poucas as pesquisas que versam sobre ela. Não há como precisar o porquê, mas podemos sugerir hipóteses como a falta de profissionais de Educação Física atuando nesse segmento, a não-presença do componente em algumas EJAs ou outros motivos, que não são possíveis de avaliar no momento apenas com a identificação e resumo dos trabalhos, o que também sugere outras investigações.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste estudo consistiu em verificar qual a percepção e analisar junto a todos os professores que atuam na EJA de uma escola da Rede Municipal de Educação da cidade de Campinas, estado de São Paulo, a concepção que possuem sobre a disciplina de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental II no período noturno, assim como as possibilidades e entraves dessa disciplina na grade curricular nesta modalidade de ensino.

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, organizamos uma Unidade Didática intitulada **TECENDO A DIVERSIDADE, DESFAZENDO O PRECONCEITO**, voltada às aulas de Educação Física para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental II – período noturno, relacionando conteúdos abordados em diferentes componentes curriculares com os objetivos da Educação Física para esse segmento do ensino, de modo a preparar os docentes de outros componentes curriculares quanto a esta temática.

Com isso, foi produzida uma Sequência Didática a partir do tema disparador, “Educação Antirracista”, que foi escolhido levando em consideração as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos anos finais, do Município de Campinas, as orientações e pesquisas produzidas pelo MIPID, bem como a necessidade de se tratar essa temática junto a esse grupo de estudantes, dada sua importância.

O Programa Memória e Identidade, Promoção da Igualdade na Diversidade (MIPID) foi criado através da resolução SME/FUMEC nº 03/2004 e revitalizado em 2015 (Resolução SME/FUMEC nº 10/2015), em conformidade com as leis 10.639/03 e 11.645/08, que alteram o artigo 26 da Lei 9394/96 e determinam a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos públicos e privados. (Campinas, s.d.)

Esta proposta é composta por objetivos gerais e específicos, componentes curriculares sugeridos, organização dos conteúdos, metodologia, sugestões de atividades, leituras complementares, proposta de avaliação e recursos pedagógicos. Este material busca levar aos professores da EJA possibilidades de realizar um trabalho transdisciplinar significativo, principalmente com a Educação Física.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL

Quando pensamos em educação de jovens e adultos no Brasil, podemos voltar no tempo, trazendo os jesuítas, no período do Brasil colônia, que foram os “pioneiros” quando pensamos em educação de adultos. No entanto, não havia nenhum caráter acadêmico nessa formação à época, pelo contrário, sua intencionalidade estava intrinsecamente ligada a motivos religiosos. A EJA concebida atualmente, não possui caráter instrumental, longe disso, seu projeto deve permitir aos estudantes, acesso a um espaço democrático de conhecimentos, trocas e diálogos, que valorize suas experiências de vida e conhecimentos.

Os movimentos a favor da alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) entre as décadas de 1930 e 1960 no Brasil representam um período crucial para a história da educação e para a conformação de um pensamento pedagógico mais engajado com as questões sociais. Em um contexto marcado por altos índices de analfabetismo e desigualdade social, iniciativas como as primeiras campanhas de alfabetização, a atuação de educadores como Paulo Freire com suas metodologias inovadoras e a emergência de movimentos de educação popular, como o Movimento de Educação de Base (MEB), foram fundamentais para despertar a consciência sobre a importância da educação como ferramenta de transformação social e de acesso à cidadania. Nesse cenário histórico, houve diferentes propostas no que se refere à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como diversas campanhas educacionais, como pontuado por Brasil (2023, p.20), entre elas:

Campanha de Educação de Adultos em 1947, Campanha Nacional de Educação Rural em 1950, Campanha de Erradicação do Analfabetismo em 1958, Movimento de Educação de Base em 1961, “De pé no chão também se aprende a ler” em 1961, Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo em 1962, Comissões de Cultura Popular em 1963.

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional sobretudo a partir dos anos 40. A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50 (Di Pierro; Joia; Ribeiro, 2001, p.59).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica conforme disposto em vários documentos legais. A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988) define, em seu artigo 208, Inciso I, que a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”, sendo assim, embora não mencione especificamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), garante-se a educação básica a todas as pessoas, mesmo que fora da idade regular estabelecida.

No Brasil, quando tratamos da EJA, observamos que mesmo defendida desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Brasil, 1996), infelizmente ela ainda é vista como uma parcela da educação que é desvalorizada, tendo pouco espaço nas discussões sobre educação.

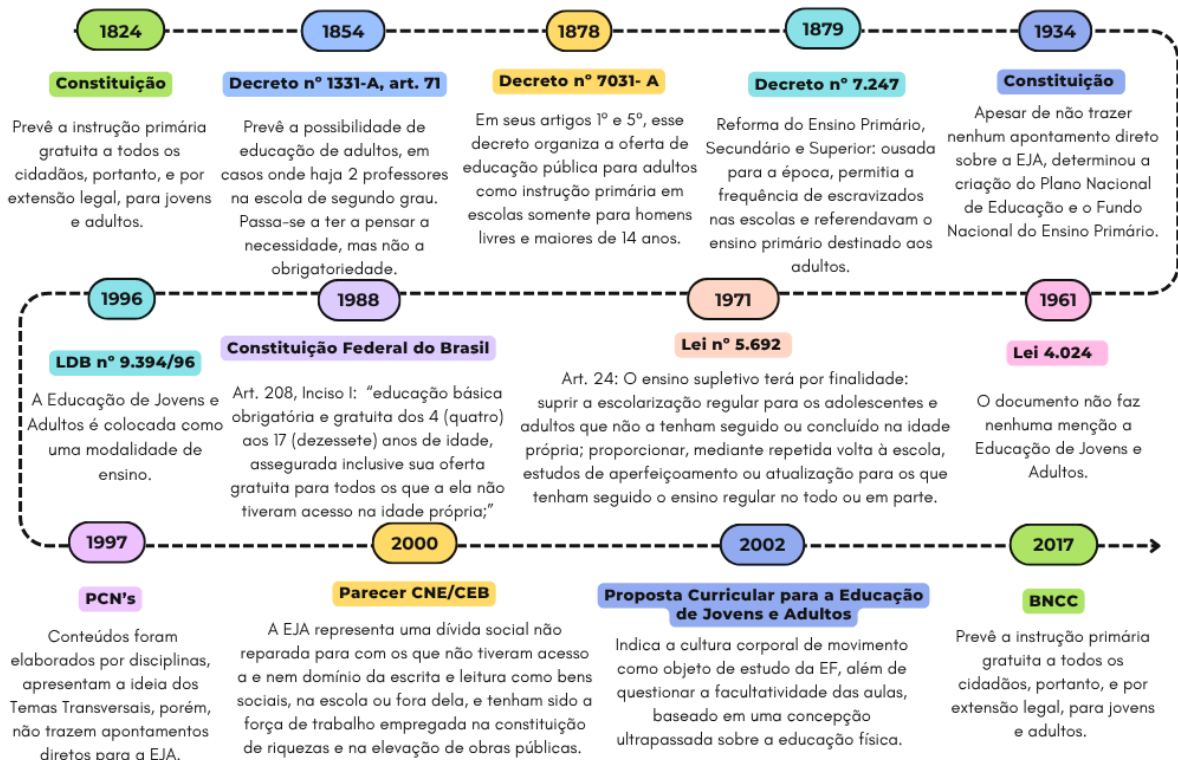
Além disso, se faz importante compreender quem são os sujeitos da EJA, quem são esses estudantes e qual o seu percurso de vida, considerando o percurso educacional, para que seja possível efetivar uma política pública de qualidade. Conforme a normatização oficial exarada no Parecer CNE/CEB 11/2000 (Brasil, 2000a, p. 05) é citado que:

[...] a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à educação e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Entre as inúmeras ações ao longo do tempo, alguns marcos são importantes para compreender a relação dos avanços na educação e na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, conforme apresentados na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Educação de Jovens e Adultos – Síntese dos Documentos Oficiais

A EJA em documentos oficiais



Fonte: Elaborada pela autora.

Buscando refletir sobre essa modalidade a luz da legislação nacional, a seguir, analisaremos alguns documentos relevantes para essa reflexão, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, assim como as diretrizes que regem essa modalidade de ensino no município de Campinas.

Desde a promulgação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, tem regido e guiado a educação brasileira, mas cabe aqui nesta pesquisa nos questionarmos: qual seu impacto para a Educação de Jovens e Adultos? Em sua primeira versão, a Lei nº 4.024, de 1961 (Brasil, 1961) não faz nenhuma menção à educação de jovens e adultos ou a qualquer tipo de modalidade que seja oferecida para aqueles que não cursaram o ensino básico na idade considerada adequada. Já no texto atualizado da Lei nº 4.024 considerado a primeira versão da LDB, a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Brasil, 1971), fixa as Diretrizes e Bases da Educação

e traz em seu Capítulo IV, explanações sobre o Ensino Supletivo, com o seguinte destaque:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:
suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (Brasil, 1971, Art.24).

Aqui, temos pela primeira vez a Educação de Jovens e Adultos aparecendo em documentos oficiais, sob a nomenclatura de supletivo. No entanto, somente em 1996, a LDB nº 9.394/96 (Brasil, 1996) consolidou a EJA como modalidade de ensino, definindo suas características e diretrizes para sua organização e funcionamento. A lei também estabeleceu a obrigatoriedade do oferecimento da EJA pelos estados e municípios.

Em 2018, a Lei nº 13.632, de 6 de março de 2018 (Brasil, 2018a), altera o artigo 37 da LDB reafirmando que a EJA será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos Ensinos Fundamental e Médio na idade própria, acrescentando a frase “e constituirá instrumento para a Educação e a Aprendizagem ao Longo da Vida”, que não constava no documento anterior.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 2018a, Art. 37).

Infelizmente, mesmo com a EJA sendo citada e constando da legislação vigente, ainda vislumbramos uma difícil realidade escolar, principalmente no que se refere à educação física para essa modalidade educacional. Isso porque, a alteração do §3º, do Art. 26 da LDB (Brasil, 1996), que antes trazia como facultativo as aulas de educação física nos cursos noturnos, estabelece novas diretrizes a partir da Lei nº 10.793 (Brasil, 2003), de 1º.12.2003, mas não traz avanços significativos, já que

mantém a facultatividade aos estudantes com mais de trinta anos de idade, prole, que esteja em serviço militar e/ou que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas diárias, abrangendo assim, a maior parte dos estudantes matriculados na EJA.

Em relação aos documentos elaborados pelo Governo Federal, os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) são diretrizes que orientam a educação brasileira, fornecendo uma base para que as escolas possam construir seus currículos. A versão preliminar foi lançada em 1995 (Brasil, 1995), na sequência a versão oficial para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série em 1997 (Brasil, 1997), para os anos finais 5ª a 8ª série em 1998 (Brasil, 1998) e finaliza em 2000, com o documento destinado ao Ensino Médio (Brasil, 2000b). Os conteúdos foram elaborados por disciplinas e traziam consigo os temas transversais, questões sociais que atravessam todos os componentes curriculares.

Analisando esses documentos, observamos que a Educação de Jovens e Adultos não é apontada, visto que existe somente uma orientação para o ciclo básico de educação. Talvez pelo fato de não ser uma modalidade da educação básica, acreditamos que não tenham identificado a necessidade de se estabelecer parâmetros próprios, devendo os já estabelecidos serem “adaptados” a esse público, algo muito comum de acontecer com a EJA.

Outro documento importante a ser colocado nesta discussão, é a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos. Segundo as orientações para este Segmento do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), lançada em 2002 pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), da Secretaria de Educação Fundamental, do Ministério da Educação, o documento foi divulgado em três volumes pelo site oficial do MEC. No volume 1, são apresentados dados estatísticos sobre perfil de estudantes e professores em nível nacional, oriundos de uma pesquisa realizada em 2001 pelo COEJA, além de outros dados importantes sobre como a EJA está estruturada em todo o país. Desse levantamento, vale ressaltar um ponto importante sobre o perfil dos profissionais da área de Educação Física, pois o texto já inicia trazendo a informação de que existem poucas propostas sendo realmente desenvolvidas nessa modalidade educacional, e o pior, é de que isso já era esperado, nos revelando um certo descrédito da área. Ainda nesse levantamento, os docentes apontaram quais tendências e/ou concepções da educação física mais embasavam seus trabalhos na

EJA, entre as quais foram destacadas: Concepção biológica, Tendência centrada nas práticas esportivas e a Tendência a trabalhar os valores de convivência.

Já o volume 3 (Brasil, 2002b) deste documento, traz referências para os componentes de matemática, ciências naturais, arte e Educação Física (EF). O texto introdutório, já nos apresenta a linha pedagógica a ser adotada, tendo como objeto de estudo a cultura corporal do movimento, trazendo a EF na EJA como uma necessidade e um desafio, simultaneamente. É um documento que nos remete aos PCNs, trazendo os estudantes como cidadãos, ressaltando a importância de se compreender quem são os estudantes da EJA e como a Educação Física pode ser desenvolvida neste segmento acadêmico. Vale ressaltar também que o documento questiona a facultatividade das aulas neste segmento, avaliando que os pressupostos desta lei "vinculam a área a um suposto gasto de energia que os alunos, já exaustos pelo trabalho, não teriam condições de suportar no período noturno". Tal conclusão reflete uma concepção ultrapassada de Educação Física, no entanto, mesmo com um documento oficial trazendo essa reflexão, não tivemos nenhuma mudança na legislação até os dias atuais.

Este documento reforça ainda mais a importância da análise que pretendemos realizar em nosso estudo, verificando e analisando como é a concepção de um grupo de docentes sobre a Educação Física na EJA.

Dentre os documentos mais contemporâneos, temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que destaca no próprio documento, seu caráter normativo que:

define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, 2018b, p. 07).

Apesar de ser o documento mais recente na educação brasileira, a BNCC não traz um direcionamento específico para a EJA, sendo que a única vez em que a modalidade é citada ao longo de todo o documento, é para salientar que se deve levar em consideração suas características na hora de elaborar o currículo:

Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação a Distância), atendendo-se às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2018b, p. 17).

Ou seja, mais uma vez a modalidade é invisibilizada, resumida a ser uma “adequação” das propostas para o ensino fundamental e médio regular, o que desconsidera sua importância e não a coloca nos centros das discussões educacionais do país, não colaborando assim, para que políticas públicas sejam pensadas para esse público.

Com isso, percebemos que apesar de seu reconhecimento como componente obrigatório, a visão que esses documentos apontam sobre a educação física ainda é muito retrógrada, relacionando seus conteúdos somente às aulas práticas voltadas ao rendimento físico e/ou cansaço, muito distante da proposta pós-crítica da área, que tem como objetivo reconhecer e aprofundar a cultura corporal de movimento como objeto de estudo.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL NOTURNO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPINAS

4.1 Percurso Histórico

A Educação de Jovens e Adultos, como modalidade educacional pertencente ao ensino básico da Rede Municipal de Ensino de Campinas, sempre foi marcada por muitas lutas, negociações, conquistas e também perdas, como o fechamento de salas, e até mesmo escolas, ano após ano.

O primeiro marco que temos na cidade de Campinas com relação a educação de jovens e adultos, foi o decreto nº 360 de 29 de dezembro de 1951 (Campinas, 1951), que regulamenta as escolas, mas principalmente, os cursos noturnos, que eram ofertados a pessoas adultas na época pelo grupo escolar “Correia de Melo”, o mais antigo da cidade. Em seu capítulo III, o decreto destaca:

Art. 13. Funcionará anexo ao Grupo Escolar Municipal "Correia de Melo", um Curso Popular Noturno, que será dirigido pelo próprio Diretor do estabelecimento.

Art. 14. As classes em número de quatro, funcionarão em graus de primeiro, segundo terceiro e quarto ano,
§ 1º Havendo possibilidade poderão funcionar mais classes a critério do Prefeito, por indicação do Diretor da Diretoria de Ensino e Difusão Cultural.

§ 2º Findo o Curso, será conferido ao aluno, devidamente aprovado, o respectivo certificado de conclusão de Curso Primário Noturno.

Art. 15. O Curso Popular Noturno seguirá, no que lhe for aplicável, as normas que regem o funcionamento do Grupo Escolar Municipal "Correia de Melo", constantes do presente Regulamento (Campinas, 1951, Cap. III).

Além disso, o capítulo IV também trata especificamente do curso noturno, destaques para os artigos 34, 35 e 36:

Art. 34. Os Cursos Noturnos Municipais têm por finalidade ministrar educação primária elementar a adultos de ambos os sexos. Parágrafo Único. Nesses Cursos, que serão de dois anos, o primeiro se destinará especialmente a alfabetização e à iniciação nas técnicas elementares de cálculos, e o segundo ano, ao ensino da linguagem, geografia e história do Brasil e ciências físicas e naturais.

Art. 35. Os Cursos Noturnos Municipais, que serão localizados em zonas de grande densidade de população operária, funcionarão diariamente, em horário noturno, com a duração de duas horas, exceto

aos sábados quando não funcionam, seguindo o regime de férias das Escolas Municipais Isoladas.

Parágrafo Único. Os cursos noturnos municipais serão masculinos, femininos e mistos, a critério do Secretário de Educação e Cultura, sendo regidos, indistintamente, por professores de sexo masculino e feminino. (nova redação de acordo com o Decreto nº 1.140, de 26/07/1957)

Art. 36. Findo o curso, será conferido ao aluno, devidamente aprovado, o respectivo certificado de conclusão de Curso Noturno de Alfabetização (Campinas, 1951, Cap. IV).

Esse decreto evidencia que o carácter dos cursos noturnos era condicionado à alfabetização de pessoas adultas, o que é totalmente compreensível para a época, no entanto, já havia uma preocupação com outros componentes, como matemática, geografia e ciências físicas e naturais. O documento não faz menção à educação física ou à ginástica, por exemplo.

Saindo dos grupos escolares, temos o “1º Centro Municipal de Ensino Supletivo de Primeiro Grau de Campinas”, criado em 1982, segundo as diretrizes curriculares (Campinas, 2013), sendo ainda nessa década criados mais três Centros de Ensino Supletivo. Em 15 de maio de 1986, o decreto nº 8.801, constitui a Comissão Municipal para gerenciamento dos convênios com o Ministério da Educação - MEC, e a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos - Educar, com o objetivo de executar, a nível municipal, os Programas Nacionais de Educação Pré-Escolar e Educação de Jovens e Adultos, em harmonia com os órgãos federais e estaduais (Campinas, 1986).

Somente a partir de 1993, com a “reorientação curricular”, que novos modelos e metodologias passam a ser pensadas para a Educação de Jovens e Adultos, com inspiração nas experiências vivenciadas pela Rede Municipal de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina. Nos grupos de discussões sobre a reorientação escolar, começam a suscitar discussões sobre a educação física, no entanto, a nível curricular não é realizada nenhuma proposta.

Em 1996 após um assessoramento de especialistas das diversas áreas do currículo, que estiveram incluídos na gestão paulistana para o desenvolvimento de trabalho junto aos professores dos cursos noturnos, desencadeia-se uma discussão sobre os componentes curriculares, conteúdos, metodologias, a partir do diálogo com as práticas pedagógicas dos envolvidos. “Neste mesmo ano é criado o Supletivo Modular “Pierre Bonhomme” que, por suas características organizacionais e curriculares, acaba sendo uma referência dentro da RMEC” (Campinas, 2013, p.19).

Em 2003, mediante a Lei nº 11.650 é instituído no município o Programa denominado Letraviva - Campinas Alfabetizada, voltado à alfabetização de jovens e adultos (Campinas, 2003).

Assim, como toda a educação municipal, a EJA é amparada pela Lei nº 12.501 de 13 de março de 2006 (Campinas, 2006), que institui o Sistema Municipal de Ensino e que segue, hierarquicamente, a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de São Paulo, a Lei Orgânica do Município de Campinas, a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 8069/00, Estatuto da Criança e do Adolescente, a Legislação Federal, Estadual e Municipal aplicável ao setor.

Em junho de 2015 foi publicada a Lei Nº 15.029 (Campinas, 2015a), que sancionou e implantou o Plano Municipal de Educação (PME), esse plano foi um desdobramento do PNE de 2014, que forneceu autonomia para que os municípios desenvolvessem seus próprios planos de educação, considerando assim as especificidades de cada região. Esse documento é concebido como uma política educacional, que antes de ser aprovado em instâncias superiores, foi discutido e articulado entre profissionais de diversas áreas ligadas à educação, que buscavam refletir por ações que respondessem às reais demandas do município. O documento foi elaborado com 22 metas a serem alcançadas em curto, médio e longo prazo, com dez anos de duração. Dentre as metas estabelecidas, três faziam menção direta à Educação de Jovens e Adultos, sendo elas: Meta 8 - Elevação da escolaridade/diversidade; Meta 9 - Alfabetização de jovens e adultos e Meta 10 - EJA integrada.

Apesar de trazer apontamentos importantes referentes às garantias e avanços dessa modalidade, em nenhuma delas foi possível encontrar algo que se relacionasse à Educação Física ou a importância do corpo. No entanto, foi a partir das discussões e dos acompanhamentos pedagógicos de EJA, que a partir de 2015 foram implementados novos programas, conforme apontado pela Fundação Municipal para Educação Comunitária - FUMEC:

Programa EJA I e CREJA (Centro de Referência de Educação de Jovens e Adultos) para Educação de Jovens, Adultos e Idosos (anos iniciais – 1º ao 5º) do Ensino Fundamental.

Programa “Consolidando a Escolaridade” - Para Analfabetos Funcionais, de reforço nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Programa EALV – Educação Ampliada ao Longo da Vida, para pessoas com deficiência intelectual que estiveram nas salas de EJA I por muito tempo e que não pretendem a terminalidade para seguirem nos demais ciclos formativos, idosos que buscam convivência, seus cuidadores e pessoas da comunidade.

Programa PAA- de Apoio à Alfabetização em EMEFs – Escola Municipais de Ensino Fundamental para os alunos com defasagem de aprendizagem do 1º ao 9º anos, com reforço nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, permitindo a equalização de conhecimentos (Fumec, s.d.).

Ao final do ano de 2023 a Secretaria Municipal de Educação de Campinas (SME), iniciou uma pesquisa sobre novos modelos de EJA junto às escolas da rede que oferecem essa modalidade de ensino. Num primeiro momento em 2024 foram enviadas três propostas para que as escolas discutissem no coletivo quanto, a viabilidade de cada uma. Feito isso, foi proposto que caso as escolas não concordassem com os novos modelos “oferecidos” pela SME, criassem seu próprio modelo e enviassem, para que fosse estudado pelo grupo que estava à frente desse processo. Todas as escolas se mobilizaram para propor modelos que realmente fossem viáveis e conversassem com a realidade local. Aproveitando essa flexibilidade, utilizamos o momento das discussões para levantar a questão de a Educação Física ser ofertada no contraturno e recebemos do coletivo docente, aprovação para que em nossa proposta de modelo de EJA, a Educação Física fosse ofertada dentro da grade curricular noturna. Com isso, foram repensados e revistos os tempos de cada componente, o que resultou em uma proposta mais equitativa e um pouco mais horizontal em relação aos componentes curriculares e suas cargas horárias. Nosso modelo, aliás, foi compartilhado com outras unidades de ensino que também apoiaram e entenderam as mudanças apontadas, e o utilizaram como base para envio de suas propostas. Um outro ponto que foi levantado nesse momento, foi que qualquer que fosse a proposta, deveria estar alinhada às legislações vigentes. Até o presente momento desta pesquisa, não foram enviadas às escolas, respostas sobre os modelos propostos.

4.2 A Educação Física na EJA campineira

No que se refere ao ensino da Educação Física para a Educação de Jovens e Adultos oferecida pela Rede Municipal de Ensino de Campinas, suas Diretrizes Curriculares da Educação Básica para Educação de Jovens e Adultos, anos finais, trazem que,

A Educação Física na EJA representa a possibilidade para o aluno de se apropriar de um conjunto de conhecimentos que lhe permitem melhor compreender os valores presentes na cultura corporal. Ao estudar as mudanças no comportamento corporal, decorrentes do avanço tecnológico e analisar seu impacto na vida do cidadão, o aluno estará resgatando memórias construídas a partir de diferentes práticas e poderá reconstruir seus significados (Campinas, 2015b, p. 57).

Sendo assim, o documento valida a cultura corporal de movimento enquanto conjunto de conhecimentos oriundos da Educação Física, que se fazem necessários para que os estudantes consigam se entender como pertencentes a uma sociedade e suas culturas. Se pensarmos o corpo como primeiro momento da experiência humana, que antecede o saber, pois que é sentir, é ser, como podemos conceber uma educação humana, com um olhar sensível a formação integral que simplesmente marginaliza o componente curricular que trabalha diretamente com esse corpo? A educação física exerce um papel fundamental nas construções e reflexões acerca dos papéis do corpo, dentro do ambiente escolar, “as compreensões de cultura e de corpo, desse modo, emergem e se modificam nas coletividades, o que significa que são construídas e aprendidas em processos educativos” (Amaral; Kuhn; Silva, 2022, p.269).

Diferente da Educação Física no ensino regular, que possui carga horária de 03h/a semanais por turma e já tem suas diretrizes bem estabelecidas na rede, na EJA esse componente é um pouco mais recente, sendo incluído oficialmente através da Resolução 04/2004 (Campinas, 2004), que dispõe sobre alteração da matriz curricular das Escolas Municipais do ensino fundamental que atendem curso de educação de jovens e adultos em atendimento a Lei Federal 10.793/2003:

Art. 1º Os Diretores das Unidades Educacionais serão responsáveis pela inclusão de aulas de Educação Física para os Cursos Noturnos na Matriz Curricular e pelo encaminhamento a Diretoria Regional de Ensino Leste/Oeste, para a devida homologação, após a análise do Supervisor Educacional do Núcleo de Ação Educativa Descentralizado -- NAED.

Art. 2º As Unidades Educacionais deverão incluir na matriz curricular até 02 (duas) aulas semanais nos termos (5ª a 8ª séries) da Educação

de Jovens e Adultos, além do horário regular de aulas e das horas semanais já previstas.

Art. 3º As Unidades Educacionais deverão realizar um levantamento da demanda para a organização das turmas e do horário de aulas, e encaminhá-lo para o Núcleo de Ação Educativa Descentralizado -- NAED, até 12 de março de 2004 (Campinas, 2004, Art. 1, 2 e 3.).

Analisando os três artigos iniciais dessa resolução, constatamos que, embora a LDB 9.394/96 já previsse a obrigatoriedade da educação física, anteriormente a 2004 essa disciplina ainda não estava integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA). A resolução transferiu aos diretores educacionais a responsabilidade de efetivar a inclusão da educação física, alocando essas aulas em horários adicionais à grade noturna preexistente, sem considerar sua inserção no currículo já estabelecido.

Seguindo, a Resolução 04/2004, que aborda a Lei Federal que trata da dispensa das aulas e também direciona sobre a formação das turmas, que necessitam ter um número mínimo de estudantes, os artigos pontuam:

Art. 4º Poderá ser considerado dispensado o aluno que estiver amparado nos termos da Lei Federal nº 10.793/03 para a prática facultativa das aulas de Educação Física.
§ 1º O prontuário do aluno dispensado das aulas de Educação Física deverá conter a documentação comprobatória.
§ 2º Os alunos dispensados poderão optar pela prática de Educação Física e realizar a matrícula.

Art. 5º Os alunos de Educação de Jovens e Adultos -- EJA da 5ª a 8ª séries, poderão ser matriculados em turmas de Educação Física do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries.

Art. 6º O número mínimo para composição das turmas deverá ser de 20 (vinte) alunos (Campinas, 2004, Art. 4, 5 e 6).

Atualmente, não há mais a necessidade de se organizar e matricular os estudantes especificamente para o componente de Educação Física, na verdade, acontece o processo inverso: todos os estudantes matriculados na EJA já tem suas matrículas efetivadas em todos os componentes obrigatórios, feito isso, a secretaria escolar lança as dispensas no sistema, de acordo com o a Lei Federal nº 10.793/03. As aulas são atribuídas no contraturno dos estudantes, ou seja, para os estudantes do curso noturno, as aulas acontecem no período da manhã ou tarde, que é o mais comum. São 02 aulas semanais de 50 minutos para cada unidade escolar que possua EJA, independentemente do número de turmas e estudantes matriculados, todos são agrupados nessas aulas, que podem ser duplas (realizadas num mesmo dia) ou em dias diferentes. Mas afinal, porque a Educação Física parece ter um espaço

consolidado no ensino regular e negado ou menosprezado na EJA, de uma mesma rede, que possui uma mesma concepção para esse componente? Voltamos a questionar: qual o espaço da educação física na EJA?

O primeiro ponto a se observar aqui é o fato de as aulas serem no contraturno. O grande problema aqui, se dá às características de grande parte dos estudantes que procuram e são atendidos pela EJA, que são pessoas que já estão inseridas no mercado de trabalho e/ou possuem prole, o que dificulta sua presença nas aulas fora do período noturno. Além disso, não podemos esquecer que apesar da obrigatoriedade da Educação Física enquanto componente curricular, existe a dispensa legal, prevista na Lei n. 10.793, de 1º de dezembro de 2003, (Brasil, 2003) que altera o que trazia o §3º, do art. 26 da LDB (Brasil, 1996) com o seguinte texto:

§ 3 A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole. (Brasil, 2003, p Art. 26).

Uma das problemáticas dessa lei, é que ela não deixa claro do que o estudante está sendo dispensado, se é do componente como um todo ou de sua participação prática/vivência. Aproveitando-se dessa “confusão” e tendo como base a dispensa legal, muitos estudantes não participam das aulas no contraturno e acabam por não terem nenhum acesso aos conteúdos oriundos da Educação Física, nem conceituais, procedimentais ou atitudinais, que são importantes para a formação de um corpo não só funcional, mas um corpo autônomo, cultural e politizado.

A Educação Física, bem como outros componentes curriculares, expressa um arcabouço de compreensões oriundas dos contextos socioculturais. Esta intencionalidade sociocultural manifesta relações de poder. Assim, por meio das práticas educativas da Educação Física, o indivíduo incorpora os aspectos culturais do corpo, apropria-se deles e pode (re)significá-los, produzindo processos de identificação e diferenciação com a cultura hegemônica. Desse modo, a escola constitui-se em um espaço de promoção e construção dessas identificações e diferenciações por meio dos conhecimentos que o currículo desenvolve (Amaral; Kuhn; Silva, 2022, p.270).

De acordo com a Proposta Curricular para a Educação de Jovens e Adultos (Brasil, 2002a pg. 52), quando há a oferta das aulas de Educação Física, existe a

participação frequente dos estudantes “Essa informação é muito importante, e se destaca ao ser associada à condição facultativa da disciplina no currículo da Educação para Jovens e Adultos, nos cursos noturnos”.

Buscando atender melhor a realidade de cada unidade escolar, por vezes percebemos que são realizados “arranjos” e/ou combinados, com os professores de educação física, para que eventualmente as aulas aconteçam dentro do horário noturno, como por exemplo, a dupla docência, troca de horário, projetos com a participação de outros professores, enfim, abrem-se espaços para que as aulas aconteçam no dentro da grade curricular noturna. A grande questão é que essas práticas acontecem de maneira irregular, o que não ajuda a mudar a realidade desse cenário, já que no papel/documentos, não há mudanças. As Diretrizes Municipais reconhecem que existem práticas que estão para além do currículo formal, mas não deixam claro uma maneira possível de viabilizá-las:

De um lado, é fundamental que haja uma política que regule e universalize certos aspectos da organização dos cursos. De outro, também determinadas experiências pedagógicas que, por vezes, fogem às normatizações gerais, podem trazer importantes contribuições na busca de qualidade em educação (Campinas, 2013, p.10)

A Educação Física integrada à Educação de Jovens e Adultos, de maneira efetiva, só traria benefícios aos estudantes, uma vez que teriam acesso a todos os componentes curriculares e teriam possibilidade de ressignificar o corpo, adotando uma perspectiva mais crítica e autônoma, como reverberam.

Quando um sujeito tem autonomia, possui também liberdade para pensar, se expressar e agir de acordo com as suas próprias convicções e, assim, não se deixa influenciar tão facilmente. O mundo atual necessita da formação de sujeitos livres, autônomos e responsáveis para que o processo de transformação social ocorra efetivamente para todos. A educação é uma ação que tem por objetivo orientar o ser humano quanto aos seus modos de pensar, expressar-se e agir no convívio social (Bruxel *et al*, 2022, p. 82).

Sendo assim, ao se apropriarem de seus corpos e de seus conhecimentos, os estudantes da EJA são empoderados a tomar decisões mais conscientes sobre sua saúde e bem-estar. A Educação Física, nesse sentido, contribui para a construção de sujeitos autônomos, capazes de transformar a si mesmos e o mundo ao seu redor. Para além da saúde física, as aulas proporcionam o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana. Com as aulas acontecendo no contraturno, desperdiça-se,

assim, a oportunidade de utilizar o componente curricular como ferramenta de inclusão social, promoção da saúde integral, desenvolvimento do senso crítico e fortalecimento da identidade cultural desses estudantes.

Diante desse cenário, a Educação Física na EJA, sob uma perspectiva cultural, torna-se potencialidade não plenamente realizada. A ausência dos estudantes nas aulas do contraturno impede que a disciplina cumpra seu papel de catalisadora de reflexões sobre o corpo e a cultura, de promotora de experiências significativas e de fomentadora do protagonismo juvenil e adulto nas práticas corporais. A oferta no contraturno, embora possa ter motivações logísticas, acaba por desvalorizar o componente curricular no contexto da EJA, privando os estudantes de um espaço fundamental para a sua formação integral e para a construção de uma relação mais consciente e crítica com a cultura corporal. Para que a Educação Física na EJA alcance seus verdadeiros sentidos e significados, é crucial repensar as estratégias de oferta, buscando alternativas que considerem as especificidades e as necessidades dos estudantes trabalhadores.

5 SENTIDOS E SIGNIFICADOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS NA EJA

A Educação Física, no contexto dos anos finais do Ensino Fundamental, transcende a mera prática de exercícios físicos, assumindo um papel crucial na formação integral dos jovens e adultos. Nessa pesquisa, abordamos a Educação Física sob uma perspectiva cultural, corroborando assim, com as diretrizes municipais para a área.

Quando pensamos na Educação Física sob essa perspectiva, as obras de autoria de Marcos Neira e Mário Luiz Ferrari Nunes, emergem como referenciais para a compreensão e aplicação da perspectiva cultural para a área. Esta pesquisa, ao se ancorar nas teorias pós-críticas, não apenas postula a necessidade de abordar as diferenças culturais no contexto da Educação Física, mas também oferece diretrizes pedagógicas e didáticas para a efetivação dessa proposta. A relevância dos autores, para a presente dissertação, reside na capacidade de fornecer subsídios teóricos e práticos que fundamentam a construção de um currículo de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA) que seja sensível às diversidades culturais e às experiências de vida desses estudantes.

A abordagem cultural da Educação Física proposta por Neira e Nunes (2009), valoriza o protagonismo dos alunos, incentivando a participação ativa na construção do conhecimento. Ao invés de reproduzir modelos prontos, os estudantes são convidados a experimentar, criar e ressignificar as práticas corporais, relacionando-as com suas vivências e contextos sociais. Partindo do pressuposto que toda decisão curricular não deixa de ser uma decisão política, temos nessa perspectiva uma contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, da autonomia e da capacidade de tomar decisões conscientes sobre o próprio corpo e a saúde.

[...] lícito afirmar que, ao promover o contato com determinados textos culturais, o currículo, além de viabilizar o acesso e uma gradativa compreensão dos conteúdos veiculados, influencia nas formas de interpretar o mundo, interagir e comunicar ideias e sentimentos (Neira; Nunes, 2011, n.p.).

Além disso, a Educação Física, sob a ótica cultural, promove a inclusão e o respeito à diversidade, reconhecendo e valorizando as diferentes formas de expressão corporal presentes na sociedade. Ao explorar as manifestações culturais de diferentes grupos sociais, os estudantes aprendem a reconhecer e respeitar as diferenças,

combatendo estereótipos e preconceitos. Dessa forma, principalmente na EJA, a disciplina se torna um espaço de construção de uma cultura de paz, onde todos se sentem acolhidos e valorizados, onde há a possibilidade de trazer para a aula e ressignificar os conhecimentos de vida dos estudantes, através de reflexões e práticas que os levem a ampliar seus conhecimentos, bem como encontrar novas possibilidades para o corpo, desassociando-o do uso exclusivo para o trabalho.

Uma concepção de currículo inspirada nos Estudos Culturais equipara, de certa forma, o conhecimento propriamente escolar com o conhecimento cotidiano da comunidade. Desse ponto de vista, ambos expressam significados social e culturalmente construídos, ambos buscam influenciar e modificar as pessoas e estão envolvidas por complexas relações de poder (Neira; Nunes, 2011, n.p.).

Nessa perspectiva, a valorização da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos transcende a mera atividade corporal, configurando-se como um espaço privilegiado de conscientização e emancipação. Ao reconhecer as experiências e saberes corporais plurais dos educandos, tanto em suas dimensões individuais quanto coletivas, a Educação Física se integra de maneira orgânica a um Projeto Político Pedagógico que visa à autonomia, à reflexão crítica sobre a realidade e à transformação social. Ela se torna, assim, ferramenta potente para desvelar as relações de poder inscritas nos corpos e nas práticas culturais, impulsionando a construção de sujeitos ativos e engajados na busca por uma sociedade mais justa e equitativa, assim posto,

O professor pode discursar sobre a importância da participação coletiva, do respeito aos tempos de aprendizagem de cada um e garantir que todos peguem na bola, dancem ou brinquem. Porém, se não for analisado e discutido o design competitivo, materialista e imagético da sociedade pós-moderna, promotora de uma cultura que afirma os melhores como eficientes, sem dúvida, o significado pedagógico das atividades propostas estará comprometido. A simples oferta de práticas corporais visando o alcance de objetivos comportamentais implica em uma experiência formativa que concretiza, com certa excelência, as relações de saber-poder e as identidades projetadas pelas pedagogias tecnicistas nas quais se inspiraram (Neira; Nunes, 2011, n.p.).

Com isso, podemos concluir nosso pensamento, reafirmando que a Educação Física na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sob uma concepção cultural, assume sentidos e significados que transcendem o desenvolvimento de habilidades motoras e a aptidão física. Ela se configura como um espaço de vivência, compreensão e ressignificação das diversas manifestações da cultura corporal, como jogos, danças,

lutas, esportes e ginásticas, considerando suas dimensões históricas, sociais e políticas. O corpo, nesse contexto, é entendido como um território de expressão, comunicação e identidade, permeado por valores, crenças e relações de poder. No entanto, o fato dessas aulas estarem presentes somente no contraturno dos estudantes da EJA, impõe uma barreira significativa à participação efetiva. Essa dinâmica, ao invés de potencializar os sentidos e significados da disciplina, os fragiliza.

6 PERCURSO INVESTIGATIVO

O percurso metodológico desta pesquisa, foi desenvolvido na seguinte ordem: Revisão bibliográfica acerca da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, sobre a Educação Física dentro dessa modalidade de ensino, levantamento e leitura dos documentos norteadores utilizados em nível governamental e pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas, levantamento das pesquisas realizadas por discentes do PROEF acerca da temática, realização, transcrição e análise das entrevistas, redação do texto final e elaboração do recurso educacional.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, compreendendo que o fenômeno em estudo se manifesta em um complexo universo de significados e relações que demandam uma análise aprofundada e interpretativa. Como bem coloca Minayo (2002, p. 22):

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatísticas apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta” a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Esta pesquisa constitui-se por uma investigação qualitativa e a partir de um Estudo de Caso realizamos a parte prática junto a uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campinas.

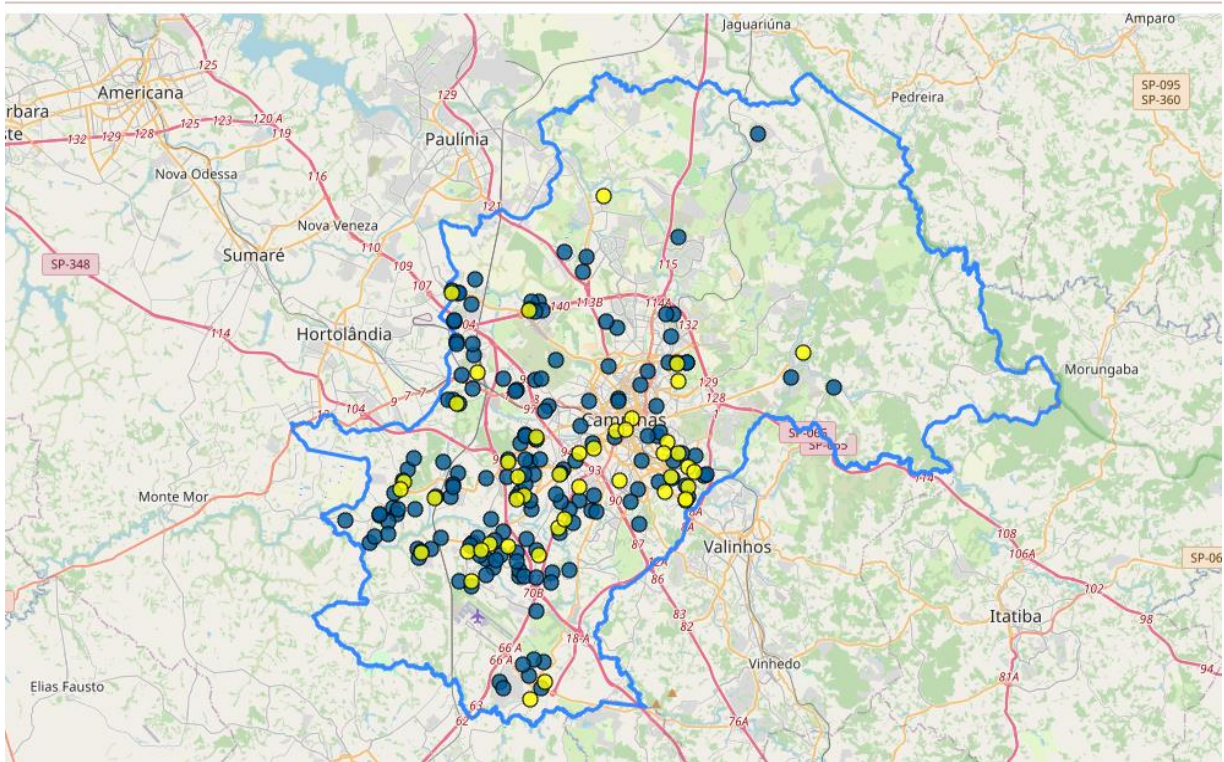
6.1 Universo da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Campinas, estado de São Paulo, em uma escola da Rede Municipal de Ensino (RME). Campinas é uma cidade no sudeste brasileiro, a noroeste da cidade de São Paulo, numa distância de 92,6 km. A população de Campinas é de 1.139.047, segundo o último censo de 2022 (IBGE, 2025).

A Secretaria Municipal de Educação (SME) é composta por 251 Centros Educacionais e Escolas, que atendem a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e EJA (Campinas, 2024a), divididas em 5 regiões administrativas sendo elas a região Norte, Noroeste, Sul, Sudeste e Leste. Na Figura 2 apontamos o município de Campinas traçado em linha azul clara com a localização das Escolas Municipais de

Educação Infantil, demarcadas pelos pontos azuis escuros, e as Escolas de Ensino Fundamental, demarcadas pelos pontos amarelos.

Figura 2: Escolas Municipais da cidade de Campinas

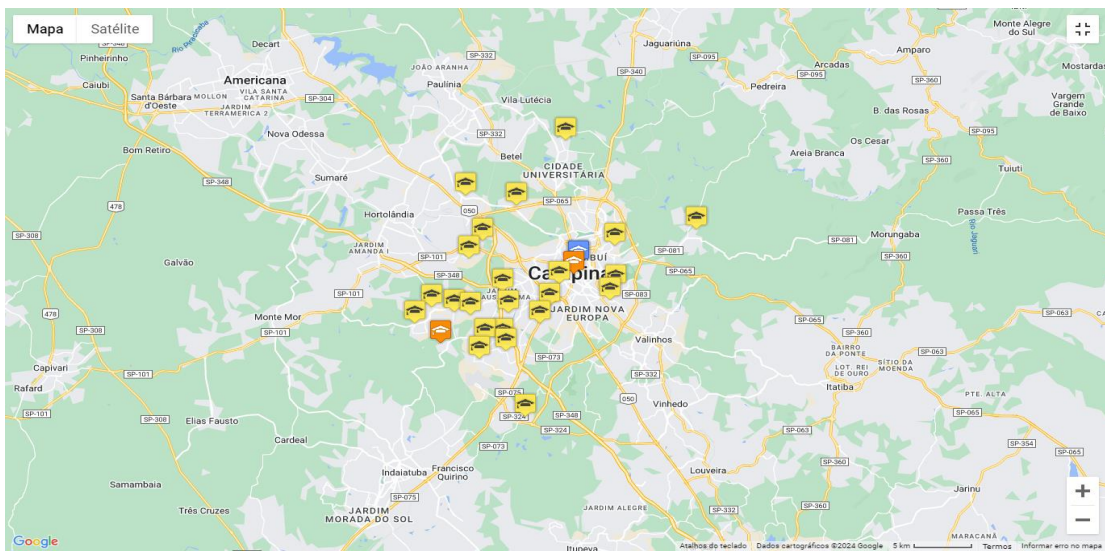


Fonte: Portal da Prefeitura Municipal de Campinas - Educação (<https://mapas-educacao.campinas.sp.gov.br/educa/educacao.php>)

Neste contexto escolar, no ano de 2024, a Educação de Jovens e Adultos foi ofertada em 23 unidades, com turmas nos períodos matutino, vespertino ou noturno. O que observamos ser mais frequente na rede é a oferta de turmas da EJA em escolas que oferecem educação básica regular durante o dia, apesar de existirem polos específicos de EJA.

Na Figura 3, embora não circunscrito ao município de Campinas, as escolas que oferecem EJA são demarcadas pelos pontos amarelos.

Figura 3: Escolas Municipais da cidade de Campinas

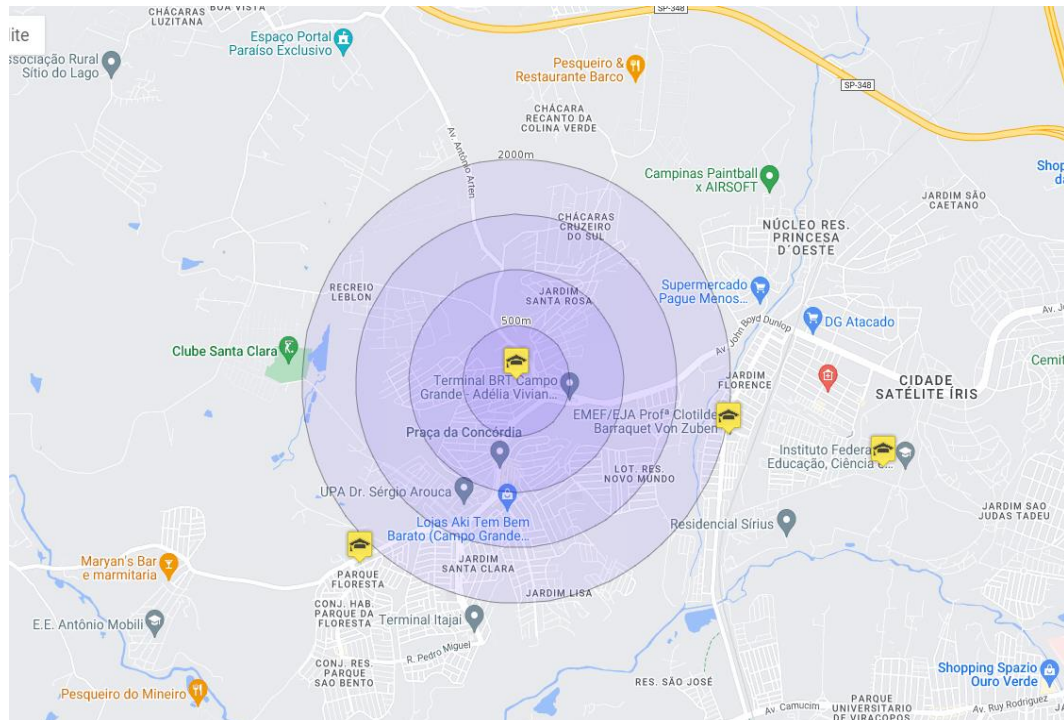


Fonte: Campinas (2024). https://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/vagas_eja.php.

A escola universo de pesquisa para este estudo foi uma das escolas em que a professora pesquisadora atua como docente. Esta escola está localizada na região Noroeste, no distrito do Campo Grande, na cidade de Campinas. É uma região afastada da região central da cidade e caracteriza-se por ter um grande número de população rural.

A escola agrega em seus períodos de atuação – matutino, vespertino e noturno, 54 professores, 34 funcionários e 819 estudantes no total, na faixa etária de 06 a 87 anos de idade. Desse número, 80 eram especificamente da EJA no ano de 2024. A unidade atende aos ciclos de anos iniciais (1º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano) do ensino fundamental, assim como a EJA. A referida escola atende os bairros do Jardim Valença I e II, Jardim Santa Rosa, Florence, Maracanã, São Luiz, Itajaí, Floresta e todo seu entorno, abrangendo uma população de aproximadamente 90.000 mil habitantes, abrangência demonstrada na Figura 4.

Figura 4: Abrangência da escola universo de pesquisa



Fonte: Campinas (2024). https://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/vagas_eja.php

6.2 Participantes

Os participantes das pesquisas foram 14 professores efetivos da Rede Municipal de Ensino da cidade de Campinas que atuam na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental II, em qualquer componente curricular, no ano de 2024, na escola universo de pesquisa.

Todos os profissionais que possuem aulas atribuídas em turmas de EJA na unidade escolar foram consultados para participarem do estudo e foram informados sobre a proposta da pesquisa. Houve aceitação de 100% dos professores convidados, totalizando 14 sujeitos, que ao aceitarem participar do estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que se encontra no Apêndice 1.

Em relação ao perfil dos participantes, os dados encontram-se apresentados no Quadro 2, com informações sobre a idade, o componente que leciona, nível de escolaridade, tempo de atuação docente na educação básica e tempo de atuação docente especificamente na EJA.

Quadro 2: Caracterização dos Participantes

Identificação	Idade	Componente que leciona	Nível de escolaridade	Tempo de atuação docente	Tempo de atuação docente com EJA
P1	41	Geografia	Doutorado	13 anos	2 anos e meio
P2	37	Arte	Graduação	06 anos	04 anos
P3	31	Língua Portuguesa	Especialização	10 anos	2 anos
P4	55	Geografia	Especialização	26 anos	15 anos
P5	23	Ciências	Graduação	02 anos	06 meses
P6	50	Matemática	Especialização	27 anos	10 anos
P7	45	Ciências	Doutorado	10 anos	03 anos
P8	61	História	Graduação	40 anos	30 anos
P9	61	Língua Portuguesa	Especialização	30 anos	27 anos
P10	29	Arte (hab. música)	Mestrado	05 anos	1 ano e 6 meses
P11	28	História	Mestrado	06 meses	02 meses
P12	38	Inglês	Especialização	13 anos	09 anos
P13	39	Matemática	Aperfeiçoamento	17 anos	15 anos
P14	43	Matemática	Especialização	20 anos	18 anos

Fonte: Elaborado pela autora.

É importante destacar que dentre os participantes desse estudo, nenhum possui formação ou atuação no campo da Educação Física, sendo assim, os professores representam todos os componentes curriculares obrigatórios, exceto a Educação Física.

Como é possível observar pelos dados no quadro acima, todos os professores participantes possuem ensino superior, a maior parte possui algum curso em nível de pós-graduação. Em relação ao tempo de experiência, pudemos notar uma grande diferença entre os professores que estão começando a carreira docente, com 06 meses de experiência e os com 40 anos de docência, o que traz para esta pesquisa, diferentes percepções e experiências. Essa diferença geracional de idade e tempo de formação dos professores, também contribuiu para a EJA no sentido de ampliar o leque de possibilidades entre articulação de conhecimentos científicos e populares, fundamentais para o alargamento dos sentidos e finalidades da educação escolar nesse segmento, como debatido por Silva (2019).

6.3 Materiais e Métodos

A pesquisa em questão, possui caráter qualitativo, utilizando-se de entrevistas seguindo um roteiro de entrevista previamente testado, disponível no Apêndice 2. No que se refere ao roteiro de entrevista, Minayo (2010, p. 189) *apud* Del-Masso, Santos e Cotta (2014) destaca como “uma lista de temas que desdobram os indicadores qualitativos de uma investigação. [...] o roteiro deve apresentar-se na simplicidade de alguns tópicos que guiam uma conversa com finalidade”. Para isso, o roteiro de entrevista permitiu que os dados coletados fossem claros e fornecessem informações fidedignas para o andamento da pesquisa.

A escolha pelo método de entrevista se deu ao fato deste instrumento conversar com os objetivos desta pesquisa, com relação a compreender como os professores que atuam na EJA no Ensino Fundamental II, percebiam a Educação Física e suas possibilidades nesta etapa de ensino. De acordo com Fraser e Godim, (2004, p. 140):

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo.

Assim, a escolha desse instrumento nos possibilitou a vantagem de se obter dados sólidos, mas também abriu oportunidades para que o entrevistado pudesse aprofundar algumas respostas, possibilitando um alcance maior para a compreensão do objetivo do estudo.

6.4 Procedimentos para a coleta de dados

Os dados foram coletados mediante entrevista com a utilização de um roteiro de entrevista (Apêndice 2). As entrevistas foram previamente agendadas conforme a disponibilidade de cada participante, visando proporcionar um ambiente acolhedor e diminuir os possíveis riscos causados pela pesquisa, como sentimentos de ansiedade, desconforto, vergonha ou medo.

Foi sugerido aos participantes que o local escolhido fosse calmo e distante de interferência externa, podendo ocorrer presencialmente com o auxílio de gravador ou

virtualmente, utilizando o aplicativo *Google Meet*, para posterior transcrição e análise do conteúdo.

Todas as entrevistas foram gravadas e seus arquivos foram alocados em nuvem, com backup de segurança. Além disso, todos os participantes ao assinarem o TCLE concordaram com a gravação para fins de pesquisa acadêmica.

6.5 Procedimentos para a análise de dados

A análise de dados se deu pela transcrição dos dados na íntegra para posterior análise dos conteúdos das entrevistas realizadas com os professores participantes do estudo que fizeram parte do universo de pesquisa.

A partir do conteúdo transcrito das entrevistas realizadas, os dados receberam a análise do conteúdo, primeiramente com a leitura flutuante das respostas e posterior as categorizações para a análise dos conteúdos seguindo a perspectiva de Bardin (2016).

6.6 Aspectos Éticos

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, do Instituto de Biociências da UNESP, campus de Rio Claro e cadastrada na Plataforma Brasil, constando o CAEE: 78342824.1.0000.5465 e parecer circunstanciado nº 6.824.380. Para fins éticos esta pesquisa contou com os termos da participação voluntária dos participantes da pesquisa, identificando os possíveis riscos, os procedimentos de minimização desses riscos, os benefícios e o objetivo da pesquisa mediante conhecimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, disponível no Apêndice 1.

6.6.1 Benefícios da pesquisa

O presente estudo traz como benefícios a compreensão e reflexão sobre a presença da disciplina de Educação Física na grade curricular na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II, período noturno verificando as facilidades e dificuldades encontradas pelos professores que ministram aulas nesse período.

Dessa maneira, a partir dos diferentes aspectos identificados na literatura e estudos de teóricos da área, somado à análise das entrevistas realizadas, os dados poderão sugerir as possíveis ações junto aos participantes do estudo, entre as quais a implementação de uma Sequência Didática dirigida aos professores de Educação Física, um Curso de Formação Continuada dirigido a esses professores para a realização do conteúdo sugerido com ênfase na importância da presença da disciplina Educação Física no Projeto Político Pedagógico da escola e na Matriz Curricular da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental II, período noturno.

6.6.2 Informações sobre os riscos e procedimentos para minimizá-los

Toda atividade de pesquisa científica que envolve seres humanos apresenta algum risco, mesmo que mínimo, ao participante. Desta forma, com base na metodologia escolhida, análise bibliográfica, documental, observação e participação direta, os riscos apresentados são: divergências entre o material analisado e as novas propostas da pesquisadora. Assim, também poderiam ocorrer situações de constrangimento, desconforto, timidez, sentimento de medo, inibição por receio de ser julgado, ao ser entrevistado e observado, responder alguma questão feita pela pesquisadora ou em situações de diálogo, debate e interação quando da realização da entrevista.

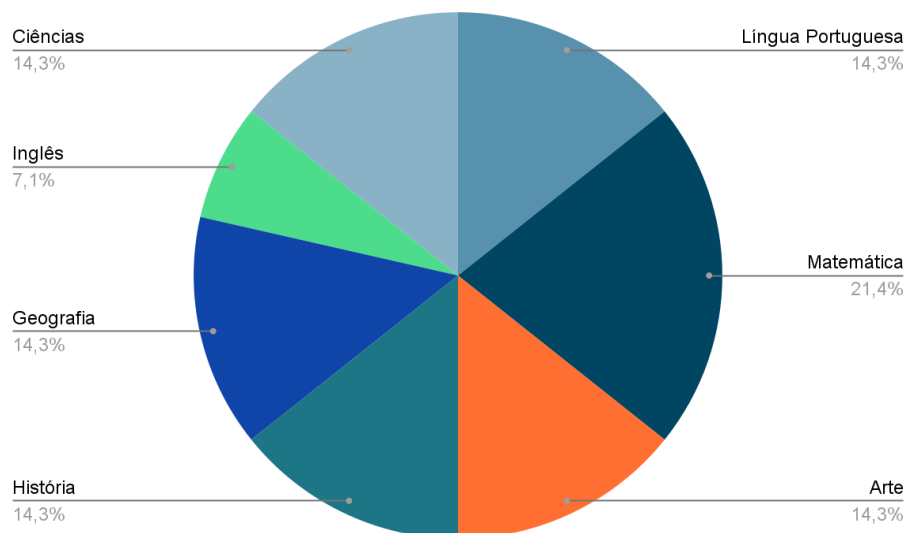
Nesse sentido, os métodos e técnicas utilizados pela pesquisadora para diminuir a ocorrência dos possíveis riscos previstos na pesquisa foram dirimidos na medida de sua ocorrência. Assim, eventuais solicitações do participante para que não participe do estudo, por se julgar exposto a observação e registro, o pesquisador se dispôs a esclarecer, a qualquer momento, o que estava sendo observado em determinada ação e o que faria com tal informação. A qualquer momento o participante também pôde deixar de colaborar com o estudo sem qualquer ônus.

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e discussões aqui apresentados, buscam elucidar como os professores de outros componentes curriculares percebem e compreendem o papel da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos, bem como sua alocação no contraturno das aulas. Para isso, todas as entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas com apoio do recurso de transcrição de vídeo do office e realizados os acertos manualmente, na sequência, através das leituras flutuantes foram elaborados indicadores, para auxílio na interpretação dos dados e categorização das informações obtidas mediante esses dados. A análise de conteúdo com base em Bardin (2016) foi uma ferramenta valiosa, permitindo desvendar significados e padrões em dados textuais e outras formas de comunicação.

Após análise inicial, pudemos observar que os professores, apesar de terem formações (gráfico 1) e experiências diferentes, de maneira geral compreendem as necessidades da EJA e conseguem relacionar as supostas defasagens que a falta da Educação Física apresenta na grade noturna, assim como o que a falta desse conteúdo pode causar.

Gráfico 1 - Componentes de atuação dos professores participantes



Fonte: elaborado pela autora.

Ainda que apontem para muitos caminhos, foram elencadas duas principais categorias para a discussão dos resultados: 1) Finalidade/objetivo da Educação Física

para a EJA, na percepção dos professores de outras áreas, com objetivo de compreender como eles pensam esse componente para essa modalidade de ensino, partindo de uma lógica onde a educação física não está inserida no período, com isso, há pouco contato entre professores para com essas aulas e 2) Como você avalia a Educação Física ser ofertada no contraturno da EJA, uma vez que esse componente não está na grade, será que sua alocação no contraturno atende as necessidades de ensino e principalmente, as necessidades de aprendizagem dos estudantes?

Quadro 3: Percepções sobre a Educação Física para a EJA sob o olhar dos professores de outras áreas do conhecimento

Identificação	Resposta dos Participantes
P1	Para todas as pessoas, ter acesso ao educador físico é importante, né? Por questões principalmente de saúde, né? De conhecimento sobre o corpo, especificamente em relação a EJA, por conta do mais idosos, que muitas vezes não tem um hábito, né, de praticar atividade física e ou mesmo conhecer sobre postura, movimentos do corpo, então é um espaço importante de aprendizagem.
P2	Importantíssimo. Eu acho que faz muita diferença para o currículo como um todo, pois temos um conceito de corpo muito dicotomizado, eu penso que teríamos que ter uma grade com muitas mais horas de matérias voltadas aos conhecimentos do corpo, pois não podemos negar que somos um corpo. A escola da maneira como é concebida, ela condena o corpo, cria muitos estereótipos como se a inteligência do corpo não fosse importante ou necessária. Nesse ponto a Educação Física é muito parecida com arte, pois, por ter um saber mais subjetivo, não ser um saber mais mercadológico, ficam de canto.
P3	Considero importante, pois é um componente que trabalha diretamente com o corpo dos estudantes, por isso é fundamental.
P4	[...] a atividade física dentro desse espaço escolar, eu acredito que seja de fundamental importância, porque vem a agregar exercícios que provavelmente vão trazer para eles, uma qualidade de vida melhor.
P5	Eu sempre falo para os alunos que um dos componentes essenciais para a saúde deles é a atividade física, é o cuidado com o próprio corpo, né? Conhecer o próprio corpo. E quem faz isso com excelência é a educação física, então seria bastante hipocrisia da gente pensar que a educação física não seria importante, visto que a atividade física e o conhecimento acerca do corpo humano, que os alunos aprendem durante as aulas é fundamental para a vida deles. Assim como é no ensino regular, continua sendo na EJA.
P6	Eu acredito que a educação física seja inserida em qualquer nível educacional, porque eles têm que conhecer o corpo, o corpo deles, e a educação física irá proporcionar isso, né?
P7	E eu acho que é, por exemplo, ele pode usar os conhecimentos que ele aprendeu em relação ao músculo, à esquelito, sobre estruturas, músculos, esquelito que ele vai estar requerendo para desenvolver uma determinada ação, em uma determinada atividade na educação física. Eu acho que pode, né? Ajuda até ele ter uma coisa interdisciplinar, né? Ajuda ele contextualizar com a realidade dele. Eu acho importante, sim.

P8	Nas escolas em que eu trabalhei, quando tem educação física, a gente percebe que os alunos gostam, que eles interagem, que eles fazem um pouco mais de amizade, porque os estudantes da EJA, geralmente são muito reservados, né? E com a educação física, eles se soltam. A gente conhece um outro lado deles.
P9	Eu acho, de uma importância assim fora de série, eu acho que os nossos alunos, eles chegam sem ter esse conhecimento do próprio corpo, sem conhecer o próprio corpo. E eu acho que mesmo as outras disciplinas, falando sobre o tema, é diferente na educação física, porque é na prática, né? Você não só fala, não só mostra, não só expõe, ele sente. Então é participar e conhecer os movimentos, quais movimentos eu uso para mexer a minha mão, para virar a minha cabeça. Então eu acho que quando você pensa numa formação integral, não se pode deixar de pensar na educação física. É essencial que a educação física esteja na grade no horário dos alunos da EJA.
P10	Então eu acho que é algo extremamente importante para justamente trabalhar essas questões, de consciência corporal, jogos coletivos, então acho que tudo isso, a educação física, ela proporciona coisas que às vezes podem ficar com pouca oportunidade de serem exploradas por conta de questões curriculares ou até mesmo de infraestrutura do espaço escolar. Então eu creio que sim, que seria muito importante expansão. Essa expansão é, enfim, pensar o corpo.
P11	Demais, eu acho que inclusive eles sentem muita falta, toda vez que tem eles ficam felizes e empolgados, querem participar também. Acho que e uma galera, os mais velhos principalmente, não teve muito esse contato com o corpo, que não seja o corpo para o trabalho, principalmente trampo pesado, então eles ficam quando podem separar uns minutinhos para brincar mesmo, eles alucinam, é muito massa.
P12	Eu percebo como importante para os alunos se movimentarem, porque eles não têm esse tempo durante o dia. Muitos deles, não sei se essa expressão correta, não possuem inteligência e a consciência corporal. É preciso desenvolver. A gente percebe que muitos deles têm dificuldade com coordenação motora, com determinados movimentos e a educação física ajuda muito eles nesse sentido e inclusive me interessa. Porque ao longo da educação física tem muitas dinâmicas, muitas atividades em grupo, e aí eles acabam se socializando mais, né? Quando eu acompanho as aulas de educação física, eu consigo perceber tudo isso neles quando eles participam.
P13	Eu acredito que, inclusive, deveria fazer parte da grade mesmo, não é? Como as outras disciplinas, a gente vê que eles sentem até falta, né? Eles perguntam se vai ter educação física. Eles alegam que quando é fora do horário normalmente junta todos os alunos e não é a mesma coisa, às vezes eles não conseguem participar, muitas vezes inclusive, e também o fato de dar uma descaracterizada, né? [...] E eles sentem falta assim, acho bem importante, não é? Todo exercício físico é importante, e a aula de educação física é muito abrangente, né? A gente fala de saúde e melhorar os nossos hábitos diários.
P14	Acredito que a educação física, a prática de atividade física é importante em qualquer idade. E acho que ela deve ser reforçada e salientada em todos os momentos. E penso que também na EJA seja difícil incluir, porque tem contraturno, a gente tem alunos trabalhadores.

Fonte: elaborado pela autora.

Nessa primeira categoria, entre os professores entrevistados houve unanimidade em dizer que a Educação Física é um componente curricular importante para os estudantes da EJA. No entanto, no que tange as justificativas, pudemos observar que há uma perspectiva por maior parte do grupo, que relaciona o componente curricular diretamente a temática do corpo e saúde, onde destacamos que

das 14 respostas do quadro 3, em 10 aparecem as palavras “saúde” e/ou “corpo”, o que não é um problema, porque inserido aos objetivos gerais de Educação Física nas Diretrizes Curriculares, consta a valorização e formação de hábitos para a saúde (Campinas, 2013). Porém demonstra que não é tão claro no ambiente escolar a diversidade de campos da Educação Física, bem como a valorização da cultura corporal de movimento, defendida por Neira e Nunes (2009).

Vale ressaltar que os professores que já trabalharam em escolas onde a Educação Física era ofertada no mesmo turno dos estudantes, sempre através de arranjos, apontavam que as aulas eram bem recebidas pelos estudantes e até mesmo, aguardada por eles, como observado nas falas de alguns professores participantes:

“Tive uma experiência maravilhosa no local de trabalho em que nós fazíamos aulas interdisciplinares, todas as matérias, nós nos reuníamos na quadra e era maravilhoso. Uma experiência muito rica.” P8.

“Eu já participei em várias experiências, várias, não, na verdade 2. Uma na Escola Simone Silva¹, com a professora Celia e a outra aqui na Madre Clélia, com você. Esse trabalho maravilhoso que tem aí, de forma que ele pode ser melhor se a aula estiver ali, mas ele acontece assim, meio que burlando o sistema para favorecer o aluno. E a gente vê a diferença, vê como isso faz bem para o aluno, até para a aula que está acontecendo ali, né?” P9.

Apesar de não possuírem um conhecimento mais aprofundado e crítico acerca do papel da Educação Física na escola, o que é totalmente “normal” visto que não são professores da área, foi possível notar que reconhecem que existem particularidades que são inerentes a esse componente e não podem/conseguem ser trabalhadas em outras aulas, como por exemplo nas falas que se seguem:

“E eu sempre falo para os alunos que um dos componentes essenciais para a saúde deles é a atividade física, é o cuidado com o próprio corpo, né? Conhecer o próprio corpo. E quem faz isso com excelência é a educação física, então seria bastante hipocrisia da gente pensar que a educação física não seria importante, visto que a atividade física e o conhecimento acerca do corpo humano, que os alunos aprendem durante as aulas é fundamental para a vida deles.” P5.

“Eu acho, de uma importância assim fora de série, eu acho que os nossos alunos, eles chegam sem ter esse conhecimento do próprio corpo, sem conhecer o próprio corpo. E eu acho que mesmo as outras disciplinas, falando sobre o tema, é diferente na educação física, porque é na prática, né?” P9.

¹ Os nomes utilizados das escolas e professores são fictícios para manter o anonimato dos participantes.

Após refletir sobre as considerações acerca dessa categoria, fica a reflexão: se a Educação Física estivesse de fato inserida na EJA, será que poderíamos ter respostas que versassem mais sobre a pluralidade cultural das aulas ou ainda ficaríamos presos ao conceito de saúde?

Quadro 4: Opinião acerca da Educação Física no Contraturno

Identificação	Respostas dos Participantes.
P1	Parte-se do princípio de que os estudantes que estudam no período noturno, o fazem porque exercem outras atividades durante o dia, principalmente atividades de trabalho, atividades remuneradas, então, eles não vão ter tempo, disponibilidade de tempo para realizar a educação física durante o dia.
P2	Ela não é um complemento, primeiramente, ela não tem que ter um horário especial, ela tem que ser ordinária, como todas as outras. Segundamente, porque os estudantes da EJA são pessoas trabalhadoras, que não conseguem frequentar essas aulas, ficando essa sabedoria restrita.
P3	A maior parte dos estudantes da EJA são trabalhadores, por isso não conseguem frequentar as aulas em contraturno, sendo assim, não supre a necessidade deles.
P4	[...] ela não vai suprir, porque eles passam o dia inteiro trabalhando, então, quando ela é ofertada no contraturno, não há possibilidade deles participarem. E se eles não participam, acaba sendo algo que não vai atender a necessidade desse aluno. Então ela tem que ser dentro do horário de aula.
P5	A EJA, ela funciona num horário noturno, justamente porque esses estudantes, eles trabalham durante o dia, então oferecer qualquer disciplina durante o dia ou mesmo um projeto ou mesmo aula de reforço, é fingir que você está fazendo alguma coisa, fingir que você está oferecendo aquilo ali, mas na verdade, não, porque nenhum aluno vai ter disponibilidade.
P6	Então supririam se eles participassem, né? Na atual, eu acredito que não.
P7	Não, porque eles precisam trabalhar. Um aluno que tem que trabalhar, como ele vai fazer essas aulas, né? É complicado isso sim.
P8	Não, porque os a maioria dos estudantes não vão participar, porque eles são trabalhadores, elas são as mães de família que não vão conseguir chegar mais cedo para fazerem a educação física.
P9	Quando é o horário para que eles estudem, eles já fazem um esforço grande pra seguir esse horário. Então por isso teria que estar dentro do horário. Eles trabalham, esse trabalho geralmente termina no fim do dia, no início da noite, então não dá para você pensar em colocar em outro horário, educação física e achar que esses alunos virão para a escola. Então eu acho que isso daí, na verdade é um engodo, né? E infelizmente, acho que acabam penalizando o aluno da EJA.
P10	Eu acho que é uma iniciativa importante para efetivar, mas talvez não seja de acesso a todos por conta de horário de trabalho ou por conta do perfil de estudantes da EJA. Aqui, às vezes é um, é uma agenda bem apertada, para que eles às vezes no horário de trabalho de saída, eles vão direto para a escola ou às vezes chegam até um pouco depois do horário de início das aulas, então, às vezes no contraturno seria difícil, né?

P11	[...] a maioria não consegue estar no contraturno, já que são turmas de pessoas que “trampam”, ou enfim, que tem obrigações durante o dia e por isso não conseguem estar em um outro horário que não seja aquele noturno.
P12	Eu acho que seria necessário estar dentro do horário deles e acredito que seria necessário eles terem mais aulas de educação física. Quer dizer, com mais frequência.
P13	Por exemplo, se o aluno trabalha, aí ele fez aquela opção para cursar algo e já naquele momento retornando, não é no período noturno, porque é o horário disponível para ele para não chocar com horário de trabalho. A educação física é durante o dia, então, ele não vai conseguir cursar e mesmo tendo a dispensa, trabalho, muitas vezes ele queria cursar, só que ele não vai poder fazer, né?
P14	Parte deles, daqueles que tem a disponibilidade para frequentar no contraturno, sim. Mas já em algumas entrevistas, com alunos e na minha experiência na EJA, eles gostariam de ir participar, não participavam por não conseguir, devido ao trabalho, outros impedimentos, é de questões pessoais, família.

Fonte: elaborado pela autora

Com relação às aulas no contraturno, primeiramente precisamos evidenciar que não houve um consenso no grupo sobre o porquê de as aulas não estarem inseridas na grade noturna, pelo contrário, muitos professores não conseguiram nem apontar um motivo que justificasse essa organização, como vemos nas passagens abaixo:

“É algo facultativo ou não poderia ser algo facultativo? Eu não sei. Não tem uma informação sobre essa situação, acredito facultativo também, né? Não sei.” P7

“Até inclusive, assim, questioneei o porquê ser no contraturno. Mas eu acho que eu nunca procurei assim, saber qual é o embasamento legal, oficialmente ali, eu nem sei se existe esse motivo legal do porquê.” P9

“Ela acaba ficando ali, a gente tem que achar espaço dentro das estruturas ali de currículo, de carga horária para que ela aconteça. Mas essa é uma briga, de certa forma, uma luta para que ela aconteça efetivamente. Então eu não saberia explicar exatamente por que, mas eu sei que que isso acontece, que é uma questão complexa.” P10

Em uma análise aprofundada das considerações apresentadas, verificamos que o corpo docente entrevistado percebeu o contraturno como um período inviável para a oferta das aulas de Educação Física. Essa percepção fundamenta-se, predominantemente, no perfil dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), majoritariamente trabalhadores e/ou com mais de trinta anos, o que os coloca dentro do perfil de dispensa das aulas pela Lei nº 10.793 (Brasil, 2003). As respostas obtidas evidenciaram que a alocação das aulas em um período distinto do horário regular de estudos implica a inviabilização e a potencial negação do direito a esse componente

curricular, dado que o público-alvo da EJA não dispõe de disponibilidade para frequentar atividades fora da grade curricular estabelecida. Assim, cabe a reflexão: de quem é o interesse que essas aulas estejam alocadas no contraturno? Esse ponto, aliás, foi um questionamento que surgiu em algumas entrevistas e que até o momento, não foi possível responder e esclarecer.

Vale também ressaltar que os professores participantes fizeram sugestões de como viabilizar as aulas de educação física, como nos exemplos a seguir:

“Uma seria pouco parecido com o que você tenta fazer, né, de dupla docência. Só que eu acho que deveria ser algo regular e algo que faz parte, regulamentado no projeto pedagógico, então toda semana os professores vão alternando para que todas as turmas tenham constantemente as aulas de educação física. Mas o que eu acho que seria ideal é que houvesse uma reorganização da matriz curricular, levando em conta que educação física precisa estar naquele horário, né? Então, já que existe a diminuição de aulas de algumas disciplinas, a gente precisa olhar para outras, olhar para o horário, para o tempo da hora/aula para tentar encaixar de alguma forma a disciplina dentro da matriz.” P5

“Eu acho desenvolver aulas com temas transversais, né? Então isso aí pode ser muito importante para que o aluno consiga realmente ter uma aprendizagem efetiva. Não só para a educação física, mas para as outras disciplinas. Se a gente colocar isso em prática, o aluno, ele vai conseguir ter essa aprendizagem que a gente tanto deseja.” P7

“Eu acho que o caminho é o que a gente inclusive propôs aí, que a educação física faça parte da grade dentro do horário regular das aulas.” P9

“Ela pode aparecer, né? Eu acho que por essa modalidade de uma forma integrada aos outros componentes curriculares.” P14

De forma abrangente, ao analisar as respostas foi possível perceber que os docentes entrevistados convergem em suas análises ao reconhecerem a inexorável relevância da Educação Física no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de compreenderem que a inclusão desse componente na EJA, transcende a mera atividade física, representando um espaço de construção do ser humano integral, como preconizado pelas ideias de Paulo Freire.

Com isso, há um consenso quanto aos benefícios multifacetados dessas práticas, que abarcam desde a promoção da saúde física e mental até o fomento do desenvolvimento integral e a ampliação das habilidades sociais e interpessoais dos educandos, como destaca o professor 4 *“Eu Acredito que assim é que ela deva ser,*

uma atividade efetiva, né? No qual vai colaborar nesse desenvolvimento físico, nesse desenvolvimento motor, nessa questão cognitiva.”, que converge diretamente com os fundamentos pedagógicos propostos pela BNCC,

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva (Brasil, 2018b, p.13).

Mediante o movimento e a interação, os estudantes da EJA são convidados a (re)descobrirem seus corpos, suas potencialidades e seus limites, estabelecendo uma relação mais consciente e autônoma com sua saúde.

Por fim, os professores participantes apontaram em suas respostas que um caminho para que a educação física comece a trilhar seu espaço de maneira mais efetiva na EJA seja através do trabalho colaborativo, coletivo e /ou compartilhado, a partir de temas geradores, como podemos observar nos relatos abaixo,

“Eu acho desenvolver aulas com temas transversais, né? Então isso aí pode ser muito importante para que o aluno consiga realmente ter uma aprendizagem efetiva.” P7

“Eu acho que existe um trabalho muito bacana, mas eu acho que, como sugestão, talvez trabalhar temas, temas em conjunto, que é algo que já vem começando a acontecer, na unidade escolar que eu estou. E que eu acho que tem resultados muito, muito positivos, então, de repente, pensar temas, pensar em ações, é pensar em, enfim, modos de trabalhar conjuntamente que aí tem a questão, o trabalhar em conjunto, eu acho que é bem frutífero.” P10

Ao analisar as respostas dos professores participantes, percebemos a existência de um espaço potencial para a Educação Física no currículo. Contudo, no contexto atual, a concretização desse espaço parece estar condicionada à perspectiva do trabalho colaborativo. Uma alteração efetiva na grade horária, que permitiria uma inserção mais adequada da disciplina, demandaria uma nova legislação, extrapolando as capacidades de decisão e implementação no âmbito escolar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa alcançou integralmente seu objetivo ao investigar a percepção de professores da EJA do Ensino Fundamental II noturno em Campinas sobre a Educação Física, desvelando as possibilidades e os entraves da disciplina nessa modalidade de ensino. Os resultados indicaram que, embora os docentes reconheçam a relevância da Educação Física e seu potencial para o desenvolvimento integral dos estudantes, persiste uma incompreensão sobre o formato das aulas no contraturno. As estratégias propostas pelos professores – como a inclusão da disciplina no horário regular, a implementação de projetos interdisciplinares e a adequação metodológica – ressaltam a necessidade de reformulações para mitigar os obstáculos identificados.

Nesse sentido, a Unidade Didática “Tecendo a Diversidade, Desfazendo o Preconceito”, recurso educacional derivado desta pesquisa, poderá contribuir trazendo possibilidades aos professores e às unidades escolares de realizar um trabalho com a Educação Física na EJA de maneira consciente, sistematizada, concreta e efetiva.

A perspectiva cultural da Educação Física, como salientada neste estudo, concebe as aulas como um espaço privilegiado para a vivência e reflexão sobre a diversidade da cultura corporal, englobando desde jogos e danças até lutas e práticas de aventura. Contudo, essa riqueza é comprometida no modelo de contraturno, que obstrui a continuidade e a participação dos estudantes, impedindo-os de expandir seu repertório cultural e de compreender as variadas formas de expressão e comunicação.

Nesse contexto, a Educação Física na EJA, quando efetivamente contextualizada e integrada, capacita os estudantes a se apropriarem de seus corpos e conhecimentos, fortalecendo sua autonomia para decisões conscientes sobre saúde e bem-estar, além da ampliação do repertório motor e cultural, valorização e ressignificação de conhecimentos acumulados ao longo da vida.

Com isso, apesar de ainda não haver um espaço consolidado para a Educação Física na EJA, muito por conta de as aulas estarem alocadas no contraturno, acreditamos que a disciplina contribui substancialmente para a formação de sujeitos autônomos, capazes de atuar como cidadãos plenos e transformadores de si mesmos e do mundo ao seu redor.

A superação dos desafios evidenciados por esta pesquisa é, portanto, crucial para que a Educação Física na EJA possa cumprir plenamente seu papel social, cultural e educacional e um ponto de partida para futuras investigações na área.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V.; KUHN, M.; SILVA, S.P. da. **Corpo e Educação Física Escolar: compreensões manifestas nas políticas curriculares nacionais.** Revista Humanidades e Inovação, v.9, n.16, 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BELCHIOR. **Sujeito de Sorte.** Compositor: Belchior. In: BELCHIOR. **Alucinação.** Rio de Janeiro: Phonogram, 1976. 1 disco de vinil, faixa 1 (lado A).

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1961. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 11 mar 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 20 jan 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 12 nov 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: versão preliminar.** Brasília: MEC, 1995

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação física.** Brasília, DG, MEC/SEF, 1997. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcgiclfndmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>. Acesso em 29 ago 2024.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB Nº 11/2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. 2000a. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf Acesso em 29 jan 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: MEC, 2000b.

Disponível em: [chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcgclclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf). Acesso em 29 ago 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental (5o a 8o série)**. Brasília: MEC, 2002a. v. 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_livro_01.pdf Acesso em: 12 jan 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos: segundo segmento do ensino fundamental (5o a 8o série)**. Brasília: MEC, 2002b. v. 3, p. 193-239. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol3_edufisica.pdf. Acesso em: 01 mai 2024.

BRASIL. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei n. 10.793, de 1º de dezembro de 2003. **Altera a redação do art. 26, § 3º, e do art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.632, de 06 de março de 2018. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida**. 2018a. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13632-6-marco-2018-786231-publicacaooriginal-154957-pl.html>. Acesso em 11 dez 2023

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em 13 jan 2024.

BRASIL, S. O. **Memória e resignificação do corpo na educação de jovens e adultos: jogos, danças e brincadeiras**. Tese (Mestrado Profissional em Educação Física, PROEF). Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18014> . Acesso em: 20 mai. 2023.

BRUXEL, Carla Maria Leidemer; CABELEIRA, Marciele Dias Santos; SALVIANO, Dione Beatris; SILVA, Sidinei Pithan da. Desafios da Educação na Sociedade Líquido-Moderna: O Papel do Professor. In: SILVA, Sidinei Pithan da; PRESTES, Fabiane da S.; CABELEIRA, Marciele Dias S. **Docência e educação em tempos líquido-modernos**. (Coleção ciências sociais). Ijuí: Editora Unijuí, 2022, .p. 75-90. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541903493/> Acesso em: 02 nov. 2024

CAMPINAS. Paço Municipal de Campinas. Decreto nº 360 de 29 de dezembro de 1951. **Dá regulamento às Escolas, Cursos Noturnos, Parques, Recantos, Infantis**

e demais Estabelecimentos de Ensino e Educação, superintendidos pela Diretoria de Ensino e Difusão Cultural. 1951. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/95821>. Acesso em 06 abr 2025.

CAMPINAS. Secretaria de Negócios Jurídicos. **Decreto nº 8.801 de 15 de maio de 1986. Constitui a Comissão Municipal para gerenciamento dos Convênios entre o município e o Ministério da Educação - MEC e entre o município e a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adulto - EDUCAR.** 1986. Disponível: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/117445>. Acesso em 06 abr 2025.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Lei nº 11.650 de 16 de setembro de 2003. **Autoriza o poder executivo a instituir o Programa denominado Letraviva - Campinas Alfabetizada.** 2003. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/84892>. Acesso em 13 abr 2024.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Educação. Resolução SME nº 04/2004. **Dispõe sobre alteração da matriz curricular das Escolas Municipais do ensino fundamental que atendem curso de educação de jovens e adultos em atendimento a Lei Federal 10.793, de 01 de dezembro de 2003.** 2004. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/89124>. Acesso em 06 abr 2025.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Lei nº 12.501 de 13 de março de 2006. **Institui o Sistema Municipal de Ensino.** 2006. Disponível em: <http://leismunicipa.is/odcfh>. Acesso em 13 fev 2024.

CAMPINAS. Câmara Municipal de Campinas. Lei nº 15.029 de 24 de junho de 2015a. **Institui o Plano Municipal de Educação.** 2015a. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/128617>. Acesso em 19 fev 2025.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação de Jovens e Adultos - Ensino Anos Finais:** um processo contínuo de reflexão e ação. Organização e coordenação de Heliton Leite de Godoy. Campinas – SP. 2013.

CAMPINAS. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental – Anos Finais/EJA:** um processo contínuo de reflexão e ação. Organização e coordenação de Heliton Leite de Godoy. Campinas – SP, 2ª ed. (revisada) 2015b.

CAMPINAS. Secretaria de Educação. **Prefeitura Municipal de Campinas.** 2024a. Disponível em https://integre-master.ima.sp.gov.br/integre/web/cons_escola_list.php. Acesso em 14 jan 2024.

CAMPINAS. Portal da Educação. **Programa Memória e Identidade, Promoção da Igualdade na Diversidade - MIPID.** S.d. Disponível em

<https://educa.campinas.sp.gov.br/programa/programa-memoria-e-identidade-promocao-da-igualdade-na-diversidade-mipid>. Acesso em 14 jun 2025.

CAMPINAS. **Prefeitura Municipal de Campinas**. 2024. Disponível em <https://portal.campinas.sp.gov.br/>. Acesso em 13 jan 2024.

DEL-MASSO, M. C. S.; SANTOS, M. A. P.; COTTA, M. AM. De C. **Instrumentos e Técnicas de Pesquisa**. Texto produzido para o REDEFOR, disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica. 2014. Disponível em: https://edutec.unesp.br/public_content/Proef/Turma%20II/D02/Partell/texto-17-D02-Instrumentos%20e%20T%C3%A9cnicas%20de%20Pesquisa.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Caderno CEDES, 21 nov. 2001, (55), 58-77. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300005>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/44R8wkjSwvn8w6dtBbmBqqQ/?lang=pt#>. Acesso em: 11 jun. 2023.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G.. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 14, n. 28, p. 139–152, maio 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCngVP9MX75q6Rrd/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jun. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

FUMEC, Fundação Municipal para Educação Comunitária. Campinas (SP), [s.d.]. Disponível em: <https://www.fumec.sp.gov.br/eja/eja>. Acesso em: 09 abr. 2025.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Campinas (SP): Panorama**. [S. l.], [2025]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/panorama>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MINAYO, M. C. de S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002, 21^aed.

NEIRA, M. G. **A Cultura Corporal Popular como conteúdo do Currículo Multicultural da Educação Física**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 81–89, 2008. DOI: 10.5216/rpp.v11i1.1699. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/1699>. Acesso em: 01 abr. 2025.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Contribuições dos estudos culturais para o currículo da Educação Física**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.33, n. 3, Setembro, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000300010>. Acesso em: 01 abr. 2025.

NEIRA, M. G.; NUNES, M. L. F. **Educação física, currículo e cultura**. São Paulo: Phorte, 2009, 288p.

RODRIGUES, L. A. **Educação Sensível e Saúde na Educação de Jovens e Adultos**: práticas corporais e cuidado de si. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física, PROEF). Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, ES, 2024. Disponível em: [Detalhes da tese | Educação Física](#) Acesso em: 12 dez. 2024.

SILVA, S. P. da. **Educação popular e pensamento complexo na escola pública: os saberes docentes em reconstrução na EJA**. Ed.Appris, 2019, v.1.

TÁVORA, B. F. **Educação Formal, Não Formal, EJA e as possibilidades da ação educativa para compreensão da participação e interesse nas aulas de Educação Física**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física, PROEF). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2023 Disponível em: [dissertacao-bernardo-finalizada -22_05.pdf](#). Acesso em: 12 dez. 2024.

UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Programa de Mestrado Profissional PROEF Educação Física em Rede Nacional. 2025. Disponível em <https://www.fct.unesp.br/#!/pos-graduacao/-educacao-fisica/> Acesso em: 17 fev 2025.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, L. R. de; **DOCÊNCIA COMPARTILHADA: DO SOLITÁRIO AO SOLIDÁRIO**. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Trabalho de Conclusão de Curso, 2015. 63 f. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/12964/1/2015_LucianaRochadeAlmeida.pdf. Acesso em: 11 jun 2023.

BALESTRIN, G. **Planejamento em educação física: um estudo de caso na educação de jovens e adultos (EJA)**. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Regional do noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, 2015. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2670>. Acesso em: 4 jun. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. RESOLUÇÃO N o. 01/2021 DE 25 DE MAIO DE 2021. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

DARIDO, S. C.; GONZÁLEZ, F. J.; GINCIENE, G. **O afastamento e a indisciplina dos alunos nas aulas de Educação Física escolar**. In: ALBUQUERQUE, D. I. de P.; DEL-MASSO, M. C. S. (org.). Desafios da Educação Física Escolar: temáticas da formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. 170 p. 1 PDF. ISBN 978-65-86546-43-9. (Coleção IEP3, nº 8). Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/381384>. Acesso em: 03 jun. 2023.

DA ROSA, Cleci T. Werner; LOCATELI, Aline. Produtos Educacionais: Diálogo Entre Universidade e Escola. **Revista ENCITEC**, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 26-39, ago. 2018. ISSN 2237-4450. doi:<http://dx.doi.org/10.31512/encitec.v8i2.2716>. Disponível em: <http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/encitec/article/view/2716>. Acesso em: 11 Jun. 2023.

DEL-MASSO, M. C. S. **Metodologia do Trabalho Científico: Aspectos introdutórios**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/af-v6_colecao_delmasso_2012-pcg.pdf. Acesso em: 04 jun. 2023.

FENSTERSEIFER, P. E.; SILVA, S. P. da; GONZÁLEZ, F. J. Escola, conhecimento e democracia: o lugar da educação física. **Por uma epistemologia da educação dos corpos e da educação física**. Org. Eduardo Galak, Pedro Athayde, Larissa Lara, Natal, RN: EDUFRN, p. 15-31, 2020, v. 3. Disponível em: Acesso em: 11 out 2024.

HOCHNADEL, S. B.; CONTE, E. Docência compartilhada: possibilidade de inovação e ressignificação da atuação profissional? In: CASAGRANDE, C. A.; JUNG, H. S.; FOSSATTI, P. (org.). **Desafios e práticas docentes na contemporaneidade**: as séries iniciais em foco. 1. ed. Canoas: Ed. Unilasalle, 2019. p. 84-98. Disponível em: <https://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1162> Acesso em: 29 abr. 2023.

LEITE, S. F. **O direito à educação básica para jovens e adultos da Modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. 2013. 352 f. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/910013>. Acesso em: 11 jun 2023.

SILVA, D. P. da. **A DOCÊNCIA COMPARTILHADA NO ENSINO DE CIÊNCIAS DO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: As especificidades do fazer docente em uma proposta interdisciplinar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249899/001151549.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 jun. 2023.

SOUZA JÚNIOR, O. M. de; DARIDO, S. C. **Dispensas das aulas de Educação Física: Apontando caminhos para minimizar os efeitos da arcaica legislação**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 12, n. 2, 2009. DOI: 10.5216/rpp.v12i2.6436. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fef/article/view/6436>. Acesso em: 4 jun. 2023.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI: 10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689> Acesso em: 17 jun. 2023.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (TCLE) (Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/12)

PARTICIPANTE DA PESQUISA

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntária(o) da pesquisa de mestrado intitulada “EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II NO PERÍODO NOTURNO: há espaço para a Educação Física?”, que será desenvolvida pela professora Carolina Fernanda de Andrade, RG 44.723.735-4, discente do Programa de Mestrado Profissional PROEF Educação Física em Rede Nacional, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, campus de Rio Claro, sob a orientação da Profa. Doutora Maria Candida Soares Del-Masso, docente e pesquisadora do PROEF e do Centro de Desenvolvimento Profissional e Práticas Pedagógicas – CdeP3/UNESP.

A pesquisa tem por objetivo analisar junto aos professores de uma escola da Rede Municipal de Educação da cidade de Campinas, estado de São Paulo, a concepção que possuem sobre a disciplina de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental II no período noturno, assim como as possibilidades e entraves dessa disciplina na grade curricular nesta modalidade de ensino. Caso aceite participar desta pesquisa, sua participação acontecerá mediante a realização de uma entrevista contendo questões abertas, que serão gravadas via Google Meet para posterior transcrição e análise de dados. Caso o participante não aceite a gravação, poderá ser realizada a anotação das respostas em caderno de notas com a devida permissão do participante. As questões versarão sobre a concepção quanto a presença da disciplina Educação Física na grade curricular da Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental II no ensino noturno. O tempo estimado da entrevista será de 25 minutos a 40 minutos, no máximo.

Como qualquer pesquisa que envolve a participação de seres humanos, esta oferece alguns riscos, que embora sejam mínimos, estão relacionados especialmente aos sentimentos decorrentes da exposição das ideias e opiniões dos participantes que serão registradas na entrevista, como inibição, vergonha e desconforto. Para minimizar estes riscos, não haverá questões de foro íntimo ou pessoal, o participante poderá responder apenas às perguntas que desejar, sem nenhuma implicação. As entrevistas serão conduzidas em locais privados sem a presença de terceiros. Na utilização de gravação via Google Meet somente a pesquisadora e o participante estarão presentes.

Caso ocorra algum incidente a pesquisadora tomará as providências para a solução imediata do problema. O participante poderá consultar a pesquisadora responsável e/ou a orientadora da pesquisa, em qualquer época, pessoalmente ou pelo telefone pessoal e/ou da instituição, para esclarecimento de qualquer dúvida e poderá recusar-se a participar ou ainda abandonar o estudo a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalização.

As entrevistas ocorrerão no período de maio a julho de 2024, após a aprovação desta pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-IB-UNESP-RC).

Em relação aos benefícios, a sua colaboração nesta pesquisa contribuirá para avaliarmos e traçarmos caminhos para a Educação Física Escolar construindo possibilidades e estratégias para a inclusão desse conteúdo na matriz curricular da EJA – Ensino Fundamental II – Período Noturno.

Os dados coletados neste estudo, serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e publicados em revistas e congressos científicos, de forma que sua identidade pessoal será mantida em sigilo.

A qualquer momento, antes, durante ou após a pesquisa coloco-me à disposição para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir. A participação é voluntária e sua recusa na participação não lhe provocará nenhum dano ou punição. O(a) Sr.(a) poderá retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. A participação não irá gerar nenhuma despesa, bem como, não terá qualquer tipo de remuneração.

Os dados utilizados na pesquisa são confidenciais e será retirada toda e qualquer referência nominal sobre sua identidade, para evitar que os dados possam ser identificados, portanto, será garantido sigilo e a privacidade da participação.

Se o (a) senhor (a) se sentir esclarecido sobre a pesquisa, seus objetivos, eventuais riscos e benefícios, convido-o (a) a assinar este Termo, elaborado em duas vias, sendo que uma ficará com o senhor (a) e a outra com o pesquisador.

Campinas, _____ de _____ de 20__

Pesquisadora Responsável

Assinatura do (a) Participante

Dados sobre a Pesquisa:

Título do Projeto: “EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ENSINO FUNDAMENTAL II NO PERÍODO NOTURNO: há espaço para a Educação Física?”.

Pesquisadora Responsável: Carolina Fernanda de Andrade

Cargo/função: Mestranda do Programa de Mestrado Profissional PROEF Educação Física em Rede Nacional - Pesquisadora Responsável

Instituição: Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro. Endereço: Avenida 24 A, 1515, Bela Vista. Cep: 13506-900 – Rio Claro – SP

Dados para Contato – E-mail: cf.andrade@unesp.br

Orientadora: Profa. Dra. Maria Candida Soares Del-Masso

Instituição: FFC – Faculdade de Filosofia e Ciências / Unesp / campus de Marília (Docente Aposentada). Docente junto ao PROEF do Instituto de Biociências da UNESP campus de Rio Claro.

Cargo/Função: Docente e Pesquisadora

Endereço: Rua Dom Luís Lasanha, 400. CEP.: 04266-030 – São Paulo – SP

Dados para contato: (11) 2066-5817 E-mail: del.mass@unesp.br

Dados do participante da Pesquisa:

Nome: _____

Documento de Identidade: _____

Sexo: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____

Telefone para contato: _____

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa-IB/UNESP-CRC

Av. 24A, nº 1515 – Bela Vista – 13506-900 – Rio Claro/SP Telefone: (19) 3526-9678

Número do parecer: CAEE: 78342824.1.0000.5465 e CEP nº 6.824.380

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA

ROTEIRO DE ENTREVISTA
<p>1. Data de nascimento?</p> <p>____/____/____</p>
<p>2. Qual a sua formação em nível de graduação?</p> <p>_____</p> <p>Você possui:</p> <p>() Licenciatura</p> <p>() Bacharel</p> <p>() Ambos</p>
<p>3. Qual componente leciona na EJA – Ensino Fundamental II?</p> <p>() Arte</p> <p>() Ciências</p> <p>() Educação Física</p> <p>() Geografia</p> <p>() História</p> <p>() Língua Inglesa</p> <p>() Língua Portuguesa</p> <p>() Matemática</p> <p>() Outros _____</p>
<p>4. Há quanto tempo leciona este conteúdo?</p> <p>() Menos de 1 ano</p> <p>() Entre 1 e 5 anos</p> <p>() Mais que 5 anos</p>
<p>5. Há quanto tempo leciona na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental II?</p> <p>() Menos de 1 ano</p> <p>() Entre 1 e 5 anos</p> <p>() Mais que 5 anos</p> <p>() Mais que 10 anos</p>

6. Você leciona em outro NAED? () Sim () Não.

Em caso afirmativo, em qual região?

- () Norte
- () Noroeste
- () Sul
- () Sudeste
- () Leste

7. Você já havia lecionado para essa modalidade de ensino em outra rede? Em caso afirmativo, onde?

8. Caso a resposta da pergunta 7 tenha sido afirmativa, essa experiência influenciou a sua escolha pela EJA atual?

9. O que te levou a escolher as aulas na EJA?

- () Horário
 - () Complemento de jornada
 - () Preferência por atuar nessa modalidade
 - () Outros
-

10. Esta é sua primeira experiência com a EJA?

- () Sim
- () Não

11. Considera que a Educação Física seja um componente importante para os estudantes da EJA?

- () Sim
- () Não
- () Não possui opinião formada sobre o tema

12. Poderia comentar um pouco sobre a resposta anterior?

13. Conhece o motivo pelo qual a Educação Física é o único componente curricular obrigatório que não é ofertado dentro do horário de aula regular da EJA, no caso, noturno?

- () Sim
- () Não
- () Não possui opinião formada sobre o tema

14. Poderia comentar um pouco sobre a resposta anterior?

15. Considera que as aulas no contraturno suprem a necessidade dos estudantes?

- () Sim
- () Não
- () Não possui opinião formada sobre o tema

16. Poderia comentar um pouco sobre a resposta anterior?

17. Conhece algum outro modelo de EJA em relação a Educação Física?

- () Sim
- () Não

18. Em caso afirmativo na pergunta anterior, poderia comentar um pouco sobre esse modelo.

19. A partir de sua formação e experiência, indicaria alguma possibilidade para que a Educação Física fosse mais efetiva na EJA? Poderia explicar e/ou sugerir ações e/ou atividades?

20. Em sua atividade docente você já realizou alguma atividade junto ao professor de Educação Física?

21. Você considera que é necessário um curso ou formação continuada para atuar especificamente nessa modalidade de ensino?

22. O que falta junto ao seu grupo de professores de EJA para otimizar o trabalho junto aos estudantes?

23. Gostaria de deixar outras informações e/u observações?